

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	5
2.3 - Outras informações relevantes	9

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	10
3.2 - Medições não contábeis	11
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	12
3.4 - Política de destinação dos resultados	13
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	15
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	16
3.7 - Nível de endividamento	17
3.8 - Obrigações	18
3.9 - Outras informações relevantes	19

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	20
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	23
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	24
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	28
4.5 - Processos sigilosos relevantes	29
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	30
4.7 - Outras contingências relevantes	31

Índice

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	32
5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Política de gerenciamento de riscos	33
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	34
5.3 - Descrição dos controles internos	35
5.4 - Programa de Integridade	52
5.5 - Alterações significativas	53
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	54
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	55
6.3 - Breve histórico	56
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	60
6.6 - Outras informações relevantes	61
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	62
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	63
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	64
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	66
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	69
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	70
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	71
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	72
7.8 - Políticas socioambientais	73
7.9 - Outras informações relevantes	75
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Negócios extraordinários	76
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	77

Índice

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	78
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	79
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	80
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	81
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	82
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	83
9.2 - Outras informações relevantes	84
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	85
10.2 - Resultado operacional e financeiro	89
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	93
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	94
10.5 - Políticas contábeis críticas	95
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	100
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	101
10.8 - Plano de Negócios	102
10.9 - Outros fatores com influência relevante	103
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	104
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	105
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	106
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	109
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	111
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	112
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	113

Índice

12.7/8 - Composição dos comitês	115
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	116
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	117
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	118
12.12 - Outras informações relevantes	119

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	122
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	123
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	127
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	128
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	129
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	130
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	131
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	132
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	133
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	134
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	135
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	136
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	137
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	138
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	139
13.16 - Outras informações relevantes	140

14. Recursos humanos

Índice

14.1 - Descrição dos recursos humanos	141
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	142
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	143
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	144
14.5 - Outras informações relevantes	145
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	146
15.3 - Distribuição de capital	151
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	152
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	153
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	154
15.7 - Principais operações societárias	155
15.8 - Outras informações relevantes	156
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	157
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	158
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	164
16.4 - Outras informações relevantes	165
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	166
17.2 - Aumentos do capital social	167
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	168
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	169
17.5 - Outras informações relevantes	170
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	171

Índice

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	172
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	173
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	174
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	175
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	176
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	177
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	178
18.8 - Títulos emitidos no exterior	179
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	180
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	181
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	182
18.12 - Outras informações relevantes	183

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	184
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	185
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	186

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	187
20.2 - Outras informações relevantes	188

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	189
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	190
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	191
21.4 - Outras informações relevantes	192

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Carlos Eduardo Ripper

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

1.1 – Declaração do Diretor-Presidente:

Não aplicável. A Empresa não possui este cargo de Diretor Presidente ocupado.

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

1.2 – Declaração do Diretor de Relações com Investidores:

Eu, Carlos Eduardo Ripper Vianna Filho, Diretor de Relações com Investidores, atesto que:

- a) Revi o Formulário de Referência;
- b) Todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- c) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

1.3 – Declaração do Diretor Presidente / Relações com Investidores:

Eu, Carlos Eduardo Ripper Vianna Filho, Diretor de Relações com Investidores, atesto que:

- a) Revi o Formulário de Referência;
- b) Todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- c) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	769-2
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PS Contax & Associados Auditores Independentes SS
CPF/CNPJ	03.033.599/0001-58
Período de prestação de serviço	23/04/2012 a 15/05/2013
Descrição do serviço contratado	Revisão especial das informações trimestrais
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Honorários contratados para o primeiro trimestre de 2013 R\$ 43.500,00
Justificativa da substituição	Unificação a partir de 01/05/2013 das operações entre a PS Contax & Associados Auditores Independentes SS com a RSM ACAL Auditores Independentes SS
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Nelson Fernando Marques Pfaltzgraff	23/04/2012 a 15/05/2013	018.666.054-53	Av Treze de Maio, 23, Salas 2502 e 2505, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20031-902, Telefone (021) 25582200, Fax (021) 22850603, e-mail: nelson@pscontax.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1144-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Acal Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	07.377.136/0001-64
Período de prestação de serviço	24/05/2013 a 30/05/2016
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, Revisão especial das informações trimestrais.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Honorários contratados para exercício social encerrado em 31/12/2013 no montante de R\$ 170.200,00, honorários contratados para o exercício social encerrado em 31/12/2014 no montante de R\$ 226.000,00, honorários contratados para exercício encerrado em 31/12/2015 no montante de R\$ 230.872,00.
Justificativa da substituição	Não houve substituição.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Nelson Fernando Marques Pfaltzgraff	24/05/2013 a 30/05/2016	018.666.054-53	Av. Nilo Peçanha, 50, SL 3109, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20020-906, Telefone (21) 22246431, Fax (21) 25070782, e-mail: nelson.marques@acal.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1144-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Acal Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	07.377.136/0001-64
Período de prestação de serviço	01/06/2016 a 23/04/2018
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, Revisão especial das informações trimestrais.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Honorários contratados para exercício social encerrado em 31/12/2013 no montante de R\$ 170.200,00, Honorários contratados para o exercício social encerrado em 31/12/2014 no montante de R\$ 226.000,00, Honorários contratados para exercício encerrado em 31/12/2015 no montante de R\$ 230.872,00. Honorários contratados para exercício encerrado em 31/12/2016 no montante de R\$ 290.000,00.
Justificativa da substituição	Não houve substituição
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Gelson Jose Amaro	01/06/2016 a 23/04/2018	339.408.607-78	Av. Rio Branco 181, sala 1911 e 1912, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20040-007, Telefone (21) 21598870, Fax (21) 21598870, e-mail: gelson.amaro@rsmbrazil.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1266-1
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	ADVANCE AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CPF/CNPJ	26.165.186/0001-22
Período de prestação de serviço	24/04/2018
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, revisão especial das informações trimestrais
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Honorários contratados para o exercício encerrado em 31/12/2018 de R\$217.620,00. Honorários contratados para o exercício encerrado em 31/12/2019 no montante de R\$157.500,00
Justificativa da substituição	Artigo 31 da instrução CVM 308/99, que determina a rotatividade dos auditores independentes a cada cinco anos.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Nelson Fernando Marques Pfaltzgraff	24/04/2018 a 24/04/2021	018.666.054-53	av. Churchil 109, grupo 1003, centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20020-050, Telefone (21) 22623047, e-mail: nelson.marques@advanceauditores.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item que não tenham sido informadas nos itens 2.1 e 2.2

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)
Patrimônio Líquido	-245.702.515,30	-131.797.243,14	-89.363.330,78
Ativo Total	482.489.418,68	540.448.094,85	576.959.097,94
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	78.536.871,05	117.447.095,79	143.683.683,13
Resultado Bruto	49.146.601,95	67.532.407,58	94.963.116,35
Resultado Líquido	-94.476.422,00	-40.114.924,12	-4.222.670,62
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	18.372.411	837.241.118.372.411	18.372.411
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	13,373450	7,173650	4,863996
Resultado Básico por Ação	5,142299	2,183433	0,229838

3.2 - Medições não contábeis

A Companhia utiliza como medida não contábil o EBTIDA AJUSTADO, o qual, de acordo com a instrução CVM nº527 de 04 de Outubro de 2012, compreende resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, e ajustado por itens que contribuam para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.

O EBTIDA AJUSTADO não é uma medida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido ou para o fluxo de caixa livre da Companhia. Entretanto, representa um indicador do desempenho operacional e da liquidez da Companhia.

	2018	2017	R\$ mil 2016
Resultado líquido das operações continuadas	(94.476)	(40.115)	(4.223)
Tributos sobre o lucro	(1.595)	(1.093)	2.015
Despesas financeiras	61.301	36.169	47.862
Receitas financeiras	(14.256)	(10.570)	(17.670)
Depreciações/amortizações	11.651	11.678	11.394
EBTIDA do resultado das operações descontinuadas	-	-	-
Ajustes	12.105	5.072	817
EBTIDA AJUSTADO	(25.270)	1.141	40.195

O EBITIDA foi ajustado para refletir as atividades de hotelaria, ajustado, portanto, pelas receitas e despesas não recorrentes e com partes relacionadas, que geraram principalmente provisões para perda de crédito e investimento.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Em 08 de fevereiro de 2019, em cumprimento ao disposto no art. 53 da Lei de Recuperação Judicial, a Companhia, em conjunto com as controladas em recuperação judicial, apresentou o Plano ao Juízo da Recuperação Judicial, contendo a proposta dos meios de recuperação a serem empregados. E até a data de emissão desta Demonstração, tal Plano ainda não foi submetido à aprovação dos credores, em Assembleia Geral de Credores, que ainda será convocada nos termos da referida Lei.

Em fevereiro de 2019, a Companhia foi informada pelo seu corretor de seguros de que, dentro do processo de renovação da apólice de seguro das suas quatro unidades próprias e da Lavanderia Santo Aleixo, a seguradora na qual foi originalmente depositada a proposta recusou, dentro do período de análise e aceitação, a cobertura do risco, em função de as unidades Bahia Othon Palace e Belo Horizonte Othon Palace estarem sem operações e sua política interna vedar o seguro de estabelecimentos nesta condição. Diante disto, a Administração contratou seguro para as unidades Rio Othon Palace, Savoy Othon Travel e Lavanderia Santo Aleixo e solicitou imediatamente à corretora de seguros que solicitasse cotação a todas as seguradoras do mercado para as demais unidades. Este processo está em curso, sendo que as seguradoras que manifestaram interesse preliminar no seguro estão procedendo à visitação e análise técnica para posteriormente apresentarem proposta.

3.4 - Política de destinação dos resultados

Conforme consta nas Demonstrações Contábeis do referido período, a Companhia apresentou o resultado abaixo:

- Prejuízo do exercício no valor de R\$ 94.476.422,00 (Noventa e quatro milhões quatrocentos e setenta e seis mil quatrocentos e vinte e dois reais).
- Realização da Reserva de Reavaliação no valor de R\$ 3.525.270,42 (Três milhões quinhentos e vinte e cinco reais e quarenta e dois centavos).

Assim, a movimentação da conta Prejuízos acumulados fica representada da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2018	2017	2016
Saldo anterior de prejuízos acumulados	(385.965.375,62)	(349.375.719,82)	(348.678.317,52)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	3.525.270,42	3.525.268,32	3.525.268,32
Lucro do exercício	(94.476.422,00)	(40.114.924,12)	(4.222.670,62)
Saldo final de prejuízos acumulados	(476.916.527,20)	(385.965.375,62)	(349.375.719,82)

As disposições estatutárias sobre a destinação dos resultados são:

a) Regras sobre retenção de lucros:

Do resultado do exercício devem ser deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda. O lucro líquido deve ter a seguinte destinação:

- 1) 5% (cinco por cento) para a formação do fundo de reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- 2) pagamento do dividendo obrigatório;
- 3) até 25% do lucro líquido – ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76 – destinados à composição de uma Reserva de Reforço do Capital Social, para atender à reposição do ativo imobiliário, limitado o valor dessa reserva ao do capital social integralizado atualizado;
- 4) o remanescente, aquela destinação que a Assembleia determinar, observado o disposto pelo § 6º do artigo 202 da Lei 6.404/76. Enquanto a Companhia gozar de isenção e ou redução do imposto de renda, a provisão correspondente dever ser convertida em reserva de capital.

b) Regras sobre distribuição de dividendos

A Companhia deve distribuir obrigatoriamente como dividendo, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

A Assembleia Geral pode atribuir aos administradores participação nos lucros, desde que respeitando o disposto nos parágrafos primeiro e segundo do art. 152 da Lei 6.404/76.

Compete ao conselho de Administração deliberar sobre a forma de distribuição, entre os administradores, da participação nos lucros a eles atribuídos pela Assembleia Geral.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

3.4 - Política de destinação dos resultados

No encerramento do exercício, a Diretoria deve fazer elaborar as demonstrações financeiras, encaminhando-as juntamente com proposta de destinação do lucro do exercício, ao Conselho de Administração para que este as submeta à Assembleia Geral Ordinária.

Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode, observado o disposto no art. 204 e seus parágrafos da Lei 6.404/76:

1) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço;

2) levantar balanço em período inferior a um ano e, com base nele, declarar dividendos intercalares, desde que o total de dividendos pagos com base nesses balanços não exceda o montante das reservas de capital de que trata o parágrafo primeiro do art. 182 da Lei 6.404/7.

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

Não houve nos três últimos exercícios nenhuma restrição à distribuição de dividendos aplicáveis a Companhia

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016
Lucro líquido ajustado	0,00	0,00	0,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	0,000000	0,000000
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido	0,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção			

Lucro líquido retido	Exercício social 31/12/2018		Exercício social 31/12/2017		Exercício social 31/12/2016	
	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Preferencial	0,00	31/12/2018	0,00	31/12/2017	0,00	31/12/2016

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não foram declarados pela Companhia dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2018	728.191.000,00	Índice de Endividamento	0,13716868	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2018)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		11.878,34	0,00	0,00	0,00	11.878,34
Empréstimo	Garantia Real		3.188.145,00	0,00	0,00	0,00	3.188.145,00
Títulos de dívida	Garantia Real		6.424.936,01	12.849.872,02	12.849.872,02	1.508.223,13	33.632.903,18
Empréstimo	Quirografárias		0,00	0,00	0,00	19.783.267,22	19.783.267,22
Financiamento	Quirografárias		274.410,62	0,00	0,00	0,00	274.410,62
Títulos de dívida	Quirografárias		494.319.230,59	87.215.109,66	26.877.789,70	71.571.245,63	679.983.375,58
Total			504.218.600,56	100.064.981,68	39.727.661,72	92.862.735,98	736.873.979,94
Observação							

3.9 - Outras informações relevantes

A companhia destaca que, a evolução do Patrimônio Líquido no exercício de 2013 está relacionada ao benefício adquirido pela migração do saldo remanescente do REFIS I, instituído pela Lei 9.964/2000, para o REFIS IV, estabelecido pela lei 11.941/2009 e que teve seu prazo de adesão reaberto pela Lei 12.865/2013, na ordem de R\$118,2 milhões.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1 Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

Os investidores devem analisar com cuidado os fatores relacionados abaixo, uma vez que investimentos em ações envolvem considerável grau de risco. Estes riscos podem afetar a situação financeira e resultados operacionais da Companhia, proveniente do impacto destes em suas atividades. Por consequência, o valor de mercado da Companhia pode vir a diminuir em decorrência da ocorrência de algum desses riscos, com perdas para nossos investidores.

a) Com relação ao emissor/Companhia:

Concorrência de grupos nacionais e estrangeiros: Hotéis Othon continua enfrentando uma concorrência cada vez mais forte de grupos estrangeiros e nacionais.

Grupos com presença antes tímida ou não presentes no país vem assumindo uma postura mais agressiva, com vistas ao crescimento previsto da oferta do mercado Hoteleiro para mercado futuro, sobretudo nos eventos.

A hotelaria em geral, aparentemente, sofre ainda a concorrência de apart-hotéis, que têm crescido de forma significativa. No entanto, esses empreendimentos têm se mostrado incapazes de atender satisfatoriamente à demanda cada vez maior dos executivos em viagem e de turistas de mais alto padrão.

Estratégia de negócios

A manutenção do seu crescimento depende de alguns fatores, tais como:

Atender as demandas do mercado por serviços de padrão cada vez melhor, aumentar a eficiência operacional de sua base instalada e aumentar sua base de clientes com foco nos turistas de mais alto padrão via distribuição eletrônica executivos em viagem de negócios.

Conforme já divulgado, a Rede de Hotéis Othon rescindiu o contrato de arrendamento com os proprietários do imóvel do Hotel Aeroporto, no dia 31 de agosto de 2018. No dia 18 de novembro encerrou também as atividades dos Hotéis Bahia Othon Palace e Belo Horizonte Othon Palace. Seguindo as Demonstrações Financeiras de 2018, em conformidade com CPC 31, o Resultado dos Hotéis Aeroporto, Bahia Othon Palace e Belo Horizonte Othon Palace foram divulgados separadamente na demonstração de resultado, na linha de “Resultado das Operações Descontinuadas”, para os períodos analisados. Neste Release, são apresentadas ambas as Demonstrações Financeiras, uma com as receitas e despesas do Hotel Aeroporto, Bahia Othon Palace e Belo Horizonte Palace, divulgadas com os demais hotéis, outra com o resultado destes Hotéis divulgadas em uma única linha (Resultado de Operações Descontinuadas). Todas as análises neste Release referem-se ao resultado Consolidado da Companhia, incluindo as receitas e despesas do Hotel Aeroporto, Bahia Othon Palace e Belo Horizonte Othon Palace, de maneira a permitir a comparabilidade com o período anterior.

Em 27 de novembro de 2018, a Companhia, juntamente com suas controladas Othon Empreendimentos Hoteleiros S.A. (“Othon E.”) e HBBH – Empresa Brasileira de Novos Hotéis Ltda. (“HBBH”), estas últimas “controladas em recuperação judicial” e com a Companhia “Recuperandas”, em vista da situação financeira desfavorável em que se encontravam, ajuizou, pedido recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei no 11.101/05, perante o Juízo da 5ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (doravante “Juízo da Recuperação Judicial”) nos autos do processo nº 0280230-13.2018.8.19.0001. Em 08 de fevereiro de 2019, em cumprimento ao disposto no art. 53 da Lei de Recuperação Judicial, a Companhia, em conjunto com as controladas em recuperação judicial, apresentou ao Juízo da Recuperação Judicial o Plano de Recuperação Judicial (“Plano”), contendo a proposta dos meios de recuperação a serem empregados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O Plano será submetido à aprovação dos credores, em Assembleia Geral de Credores, a ser convocada nos termos da referida Lei. Ressalte-se que as condições finais de pagamento dos credores poderão ser modificadas até aprovação final do Plano em Assembleia Geral de Credores convocada com esse fim específico.

Uso da tecnologia

Nossa estratégia envolve o uso de tecnologia de informação e precisamos ter capacidade para atender todas as transformações dessa área que o setor hoteleiro demanda.

Dependência de membros da nossa administração

A implantação da nossa estratégia depende da manutenção dos membros da alta administração bem como da nossa capacidade de atrair pessoal qualificado.

Incêndios ou desastres naturais

Os efeitos causados por incêndios ou desastres naturais poderiam causar um efeito adverso nas nossas atividades e consequentemente na situação financeira.

b) Com relação ao controlador, direto ou indireto, da Companhia, ou ao grupo de controle:

O grupo de controle da Companhia tem poderes para eleger os membros do conselho de administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, desde que estejam dentro das regras estabelecidas pelos órgãos reguladores.

c) Com relação aos acionistas da companhia:

Falta de liquidez

A falta de liquidez no mercado de valores mobiliários, bem como a volatilidade no preço das ações, poderá dificultar que os investidores possam vender suas ações pelo preço e no momento que desejarem.

Podemos não pagar dividendos aos nossos acionistas.

De acordo com nosso Estatuto Social, devemos pagar aos nossos acionistas no mínimo 25% do nosso lucro líquido anual a título de dividendo obrigatório, ajustado conforme a lei de sociedade por ações. O resultado de determinado exercício deve ser utilizado para compensar prejuízos acumulados antes de serem distribuídos dividendos obrigatórios.

d) Com relação a controladas e coligadas da Companhia:

A Companhia possui Controladas e Coligadas que no curso das suas atividades, poderão se tornar parte de processos judiciais que se condenadas, o resultado dessas condenações impactarão a Companhia de forma direta e indireta.

e) Aos Fornecedores da Companhia:

Não temos dependência de fornecedores, pois os mesmos são bastante pulverizados, mas temos o risco de figurarmos como responsáveis solidários das dívidas trabalhistas de terceirizados, já que temos contratos celebrados para as atividades de vigilância.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

f) Com relação aos clientes da Companhia:

O sucesso do nosso negócio depende da satisfação dos nossos clientes nos serviços ofertados. Além da necessidade da manutenção dessa relação outros fatores, como, por exemplo, crises econômicas, podem fazer que nossos clientes procurem outros concorrentes, nesse caso específico, com serviços de menor padrão, mas com menor preço.

g) Com relação ao setor de atuação da Companhia:

O processo de Consolidação do mercado hoteleiro no Brasil, com a chegada de competidores estrangeiros e nacionais, provoca uma grande pressão para que as companhias acompanhem essas tendências de clientes mais sofisticados e com grande capacidade de negociação.

h) Com relação à regulação do setor de atuação da Companhia:

A companhia tem a obrigatoriedade do cumprimento de várias normas relacionadas à vigilância sanitária, segurança e saúde. O não cumprimento dessas normas além de não renovar as suas licenças de funcionamento podem gerar multas e até mesmo a interdição do estabelecimento.

i) Com relação aos países estrangeiros onde a companhia atua:

A companhia não desenvolve atividades fora do Território Nacional.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

4.2 Comentários sobre expectativas de alterações na exposição dos fatores de risco

A Companhia faz um acompanhamento constante do mercado hoteleiro para avaliar os riscos do negócio. Além do risco de negócio, a companhia analisa o cenário econômico e adota uma gestão de caixa bastante conservadora, para que possa ser mais ágil no uso de mudança de estratégia.

A crise econômica no Brasil bem como as oscilações da economia da China, dos Estados Unidos e desdobramentos do Brexit no Reino Unido atingem diretamente os resultados da Companhia, afetando o número de hóspedes estrangeiros e nacionais, principalmente em períodos como o do Reveillon e Carnaval, sendo parcialmente compensados por estratégias voltadas a comercialização no mercado doméstico.

A maior visibilidade do país, com a consolidação do Brasil como sede de importantes eventos internacionais, poderá mitigar esta retração de fluxo de hóspedes estrangeiros, fruto da crise econômica, mencionada acima.

A situação atual do Governo no Brasil, na expectativa da aprovação da Reforma Previdência, assim como outras reformas importantes para o Brasil, principalmente a tributária, poderão afetar sobremaneira o nível de renda e emprego da população, impactando nos resultados da Rede de Hotéis.

Dentro da perspectiva desta atuação do Governo, oscilação do câmbio e aumento dos juros no Brasil, poderão acarretar variações também o fluxo de hóspedes e resultado do Grupo.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**4.3 – Descrição dos processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte****Processos Judiciais de natureza cível:**

Processo nº 0035223-12.1994.8.05.0001	
a. juízo	18ª Vara Cível/RJ
b. instância	2ª (Tribunal da Bahia)
c. data de instauração	01/11/1994
d. partes no processo	ECAD – Escritório Central de Arrecadação e Distribuição e Hotéis Othon S/A (réu)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$1.028.000 (provisionado)
f. principais fatos	Ação ordinária de ressarcimento de direitos autorais, proposta pelo ECAD – Escritório Central de Arrecadação e Distribuição contra o Hotéis Othon S/A, iniciada na década de noventa, através da qual pretende o ressarcimento de valores à título de direitos autorais, em razão de suposta retransmissão radiofônica de obras musicais nos aposentos do estabelecimento, além de obter proibição de transmissão de obras musicais nas dependências da rede hoteleira. Essa ação foi proposta são contra o Bahia Othon Palace. Nossa tese de defesa se baseia na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (súmula n. 63), no sentido de que a cobrança de direitos autorais somente é cabível em casos de retransmissão radiofônica em locais públicos dos estabelecimentos comerciais, não se aplicando, portanto, aos cômodos dos hóspedes. A sentença de primeira instância julgou procedente o pedido do ECAD, condenando Hotéis Othon ao ressarcimento de danos patrimoniais, referentes a parcelas vencidas a partir de novembro/1994; bem como nas parcelas a vencer, calculadas pelo valor da mensalidade vezes a quantidade total de apartamentos existente no hotel; e na proibição de utilização de sonorização ambiente de seus apartamentos. Apresentamos recurso de apelação em que não logramos êxito e recurso especial, reiterando a nossa tese de não cabimento da cobrança ou, ainda, da necessidade de liquidação dos valores pelo cálculo de utilização média. O Processo retornou à Comarca de Salvador para início da fase de cumprimento de sentença. O valor envolvido nessa ação gira em torno de R\$1.300 mil.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Não há.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Sim

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 0113663-17.2003.8.19.0001	
a. juízo	4ª Vara Cível/RJ
b. instância	2ª
c. data de instauração	01/10/2003
d. partes no processo	Banco Morada S/A, em liquidação judicial (autor) e Hotéis Othon S/A (réu)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 64.573.305,37 (em 09/08/2011)
f. principais fatos	A Companhia, através de ação de Embargos à Execução, discute o valor do crédito exigido pelo Banco Morada S.A., que requer em ação de Execução de Título Extrajudicial o pagamento do valor devido pelo inadimplemento das prestações mensais, corrigidas por índices ajustados no contrato de arrendamento mercantil (leasing) do imóvel onde funcionou o Hotel Pajuçara Othon, em Maceió – Alagoas. Os assessores jurídicos da Companhia divergem do valor executado pelo autor Banco Morada S.A., avaliando como possível a chance de êxito para a Companhia nesta demanda, de modo a reduzir o valor cobrado na ação. Atualmente a execução encontra-se suspensa por força da oposição de embargos pela Companhia, estando este em fase de perícia contábil. Um primeiro laudo pericial foi produzido nos embargos à execução e homologado por sentença. Contra essa decisão foi interposta apelação, a qual decretou a nulidade da sentença e determinou a complementação do laudo pericial. Um novo perito foi nomeado e aguarda-se a perícia.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Não podemos avaliar os impactos, pois os valores questionados são bastante diferentes das posições dos peritos.
i. valor provisionado (se houver provisão)	N/A

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 0001584-22.2008.8.19.0001	
a. juízo	4ª Vara Cível/RJ
b. instância	2ª
c. data de instauração	07/01/2008
d. partes no processo	Hotéis Othon S/A (autor) e Banco Morada S/A, em liquidação judicial (réu)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Ilíquido
f. principais fatos	<p>A Companhia move contra o Banco Morada S.A. uma ação onde pretende haver deste a devolução do valor referente ao VRG (Valor Residual Garantido), pago junto com as contraprestações do contrato de leasing. Em junho de 2010 foi proferida sentença desfavorável a Companhia, tendo sido interposto recurso de Apelação. O Acórdão publicado em abril de 2011 deu provimento ao recurso, de modo a anular a sentença e determinar o prosseguimento do feito observado o devido processo legal. Novo Perito nomeado pelo Juiz produziu laudo pericial desfavorável afirmando que não haveria VRG a ser restituído à Companhia. Frente tal Sentença interpusemos Recurso de Apelação, que foi provido para determinar a realização de nova perícia no Tribunal, a qual entendeu pela existência de VRG antecipado e apontou que esse valor (incluindo juros de mora) seria de R\$ 16.990.268,94 em 28/10/2015. À luz do resultado do novo laudo, em 1ª-7-2016, a apelação foi conhecida e provida para “reformada a sentença, julgar procedente o pedido e condenar a ré, Massa Falida do Banco Morada S/A, a restituir-lhe o valor de R\$ 16.990.268,94 (dezesseis milhões, novecentos e noventa mil, duzentos e sessenta e oito reais e noventa e quatro centavos), a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora de 1% ao mês, a partir de 01.09.2015, impondo-lhe, ademais, a satisfação das custas e de honorários advocatícios, estes de 10% sobre o valor da condenação”. A Massa Falida do Banco Morada opôs embargos de declaração, providos parcialmente em 7-10-2016 “para determinar a fluência dos juros moratórios fixados (1%) até a data da liquidação extrajudicial do Banco Morada S/A (25.10.2011), sendo, a partir de então, equivalentes à TR, se o ativo a ser apurado na massa bastar ao pagamento de todos os credores, seguindo-se a manutenção do resultado do julgamento proclamado no acórdão embargado”. O Banco Morada interpôs Recurso Especial em 18-11-2016.</p>
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Análise do impacto em caso de perda do processo. Nesse caso seria um ganho que tende a diminuir o impacto da ação acima.
i. valor provisionado (se houver provisão)	N/A

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 0750561-45.2000.8.06.0001/0 (declaratória) 0033197.57.2007.8.06.0001/0 (execução provisória)	
a. juízo	11ª Vara Cível/CE
b. instância	1ª
c. data de instauração	16/02/2004
d. partes no processo	Lazar Empreendimentos Imobiliários Ltda., Supra Construções Ltda., MRHL Participações e Comércio Ltda. e Hexa Empreendimentos Imobiliários Ltda. (autor) e Hotéis Othon S/A (réu)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 10.084 mil
f. principais fatos	Hotéis Othon é réu em ação declaratória de inadimplemento contratual com cobrança de aluguéis movida por Lazar Empreendimentos Imobiliários Ltda., Supra Construções Ltda., MRHL Participações e Comércio Ltda. e Hexa Empreendimentos Imobiliários Ltda. na Comarca de Fortaleza. A ação tem como objeto a declaração judicial do inadimplemento de contrato de locação e condenação ao pagamento de alugueres e tributos vencidos, multa e penalidades contratuais, além de perdas e danos, referentes à locação de imóvel em que Hotéis Othon manteve o empreendimento hoteleiro. O processo teve sentença de primeiro grau e decisão do Tribunal de Justiça do Ceará desfavoráveis à Hotéis Othon e está em fase pericial em processo de execução provisória. O valor em debate está em torno de R\$10.084 mil. Em agosto de 2018 foi celebrado acordo entre as partes, homologado em Juízo, para pagamento do valor de R\$10 mil de forma parcelada.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	N/A
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Não há
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4 – Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas, informando:

- a. juízo;
- b. instância;
- c. data de instauração;
- d. partes no processo;
- e. valores, bens ou direitos envolvidos;
- f. principais fatos;
- g. se a chance de perda é:
 - i. provável;
 - ii. possível;
 - iii. remota;
- h. análise do impacto em caso de perda do processo;
- i. valor provisionado, se houver provisão.

Não aplicável em função de não haver nenhum processo cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5 - Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos.

Não aplicável, uma vez que todos os processos relevantes já foram divulgados no item anteriores 4.3.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6 - Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros, e indicando:

- a) valores envolvidos
- b) Valor provisionado, se houver
- c) Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência

Não aplicável. A Companhia ou qualquer de suas controladas não eram parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estivessem sob sigilo e que em conjunto fossem relevantes.

4.7 - Outras contingências relevantes

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não possuíam outras contingências relevantes não mencionadas nesta Seção.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8 Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar:

Caso haja valores mobiliários do emissor estrangeiro sendo negociados em jurisdição diferente da que registrou o emissor, deve-se informar clara e objetivamente quais regras se aplicam para o investidor brasileiro em BDR. Nesse sentido, pode ser que se apliquem

- (i) somente as regras da jurisdição que registrou o emissor;
- (ii) somente as regras da jurisdição onde são negociados os valores mobiliários do emissor estrangeiro;
- (iii) somente as regras brasileiras; e
- (iv) uma composição das alternativas anteriores.

Levando-se em conta que a Companhia é um emissor nacional, este item não é aplicável.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

5.1 Descrição dos principais riscos de mercado

5.1 - Descrição, quantitativa e qualitativa, dos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

Riscos de Mercado

A Companhia incorre em alguns riscos inerentes às suas atividades que podem, dependendo da forma como estas atividades são administradas, comprometer os resultados da Companhia:

Risco de Crédito

Este risco está relacionado ao inadimplemento dos valores faturados aos nossos clientes em decorrência de nossa prestação de serviços. O recebimento destes valores fora dos prazos estabelecidos pode gerar um descasamento no nosso fluxo de caixa, gerando um custo financeiro para essa reposição.

Risco de Taxa de Juros e Inflação

O risco de taxa de juros é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures.

Em 31 de dezembro de 2018, sobre a nossa posição de empréstimos bancários incidiam taxas pré-fixada mais variação do CDI.

A inflação e as medidas adotadas pelo governo federal para combatê-la podem afetar relativamente à economia brasileira e ao mercado de valores mobiliários. Como consequência, a atividade operacional da Companhia poderá ser impactada adversamente em decorrência do efeito da inflação na flutuação na renda real de nossos clientes pessoa física (lazer) e dos efeitos no resultado das empresas de nossos clientes corporativos (executivos em viagem de negócios).

Risco de Taxa Câmbio

Caso a paridade do real frente ao dólar fique bem próxima, a Companhia corre o risco de perder a atratividade para os clientes oriundos do exterior. Em um cenário de dólar em alta, aumenta para a Companhia a atratividade dos hóspedes provenientes do exterior, além de um aumento do fluxo interno de turismo.

A Companhia não possui exposição ao risco de flutuação do câmbio no que diz respeito à posição de empréstimos, uma vez que os mesmos não são denominados em moeda estrangeira.

Risco de Liquidez

A Companhia procura manter seu nível de liquidez adequado visando o cumprimento de suas obrigações. O risco oriundo da falta de liquidez provocaria um descasamento entre ativos e passivos resultando na falta da capacidade para honrar seus compromissos.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2 Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:

a-) riscos para os quais se busca proteção - Tendo em vista a natureza das nossas atividades, entendemos que não há necessidade de buscarmos proteção especial para nenhum tipo de risco mas os acompanhamos conforme abaixo:

Risco de crédito - A seletividade e a análise criteriosa da situação financeira e econômica, assim como do histórico de crédito dos nossos clientes e ainda o acompanhamento semanal da pontualidade de pagamentos são procedimentos que a Companhia adota de modo a minimizar eventuais problemas de “default“. A exposição ao risco de crédito é, desta forma, monitorada com grande rigor, resultando historicamente num prazo médio de faturamento inferior a 20 dias e numa taxa de inadimplência em torno de 1,5%, o que respalda a política de preservação dos créditos adotada pela companhia.

Risco de taxa de juros - A Companhia tem procurado atrelar seus empréstimos a indicadores com menores taxas e baixa flutuação.

Risco de taxa de câmbio - A Companhia procura aumentar a oferta de serviços para os clientes nacionais, tanto corporate, como para lazer, toda vez que as cotações das taxas de real e dólar se aproximam.

Risco da liquidez - A Companhia mantém um controle diário do seu fluxo da caixa, procurando administrar as previsões de saídas de caixa de acordo com suas previsões de recebimentos. Qualquer necessidade da reversão de caixa negativo conta com mecanismos estudados previamente.

b-) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de hedge, por entender que suas atividades não justificam o uso desses instrumentos.

c-) Instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de hedge.

d-) Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos

Não aplicável, uma vez que não possuímos parâmetros específicos para o gerenciamento de riscos.

e-) Indicar se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos da proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não aplicável, pois não operamos com instrumentos financeiros de hedge.

f-) Estrutura organizacional do controle de gerenciamento de riscos

Não aplicável, uma vez que não possuímos uma estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos.

g-) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não aplicável, uma vez que não possuímos uma política específica.

5.3 - Descrição dos controles internos

5.3- Comentários dos Diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

- a. **Práticas da Organização relativas ao seu sistema de controles internos fazendo comentários sobre o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las;**
- b. **Descrever a estrutura de gerenciamento de controles internos, indicando os órgãos da administração envolvidos;**
- c. **Apontar como o grau de deficiência de controles internos é supervisionado e reportado para a organização;**
- d. **Comentários sobre deficiências significativas e recomendações do Auditor;**
- e. **Comentários dos Diretores sobre medidas adotadas para corrigir as deficiências significativas.**

a) A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe em seus controles a fim de aprimorá-los e mantê-los sempre atualizados, confiáveis e eficientes. Desde 2008 a Companhia já está utilizando a mais avançada tecnologia de informática do mercado, em conexão com a sua meta de melhorar a eficiência de seus processos operacionais e as suas práticas de governança corporativa.

No exercício findo em 31/12/2015 foram identificados diversos pontos de controle interno, reportados ao Contador e ao Controller no curso do trabalho de revisão. Foi emitido um relatório e encaminhado formalmente em 18/4/2016 (RT 043/2016).

Em 27/9/16 A Administração recebeu um relatório de “Complemento a Carta Comentário Consolidada de 30 de abril/15 e de 18 de abril 2016 (RT097/2015 e RT 043/2016, respectivamente), onde elencam alguns controles internos que foram considerados deficiências significativas. Estas deficiências são elencadas no item “d” abaixo.

Para o exercício findo em 31/12/2016 foram identificados alguns pontos de controle interno, não significativos, reportados ao Contador e ao Controller no curso do trabalho de revisão. Foi emitido um relatório e encaminhado formalmente em 20/3/2017 (RT 022/2017).

Para o exercício findo em 31/12/2017 foram identificados alguns pontos de controle interno, significativos e não significativos, reportados ao Contador e ao Controller no curso do trabalho de revisão. Foi emitido um relatório e encaminhado formalmente em 09/03/2017 (RT 033/2018) e um relatório complementar em 04/04/2018 (RT 033/2018 - complemento).

Para o exercício findo em 31/12/2018 foram identificados alguns pontos de controle interno, significativos e não significativos, reportados ao Contador e ao Controller no curso do trabalho de revisão. Foi emitido um relatório e encaminhado formalmente em 10/04/2018 (ADV-R-010/2019), conforme transcrito abaixo:

5.3 - Descrição dos controles internos

Ref.: Carta Comentário Consolidada sobre as deficiências ou ineficácia dos controles internos e dos procedimentos contábeis da Companhia, envolvendo o exercício de 2018.

ESTA CARTA COMENTÁRIO, EM UMA ÚNICA VIA, É EMITIDA EM ATENÇÃO À ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA AUDITADA, ACIMA IDENTIFICADA. CONTÉM PONTOS DE CONTROLE INTERNO E AS RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA PARA SUA ELIMINAÇÃO. FOI PREVIAMENTE DISCUTIDA COM A ÁREA GERENCIAL E, QUANDO APLICÁVEL, COM A DIREÇÃO DA COMPANHIA.

Prezados Senhores,

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas de Hotéis Othon S.A – Em recuperação judicial ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas, conduzindo nossos trabalhos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, e emitimos nosso relatório de auditoria sobre essas demonstrações contábeis em 26 de março de 2019, sem ressalvas.

Em nosso exame, selecionamos procedimentos de auditoria com o objetivo de obter evidências a respeito dos valores e informações apresentadas nas demonstrações contábeis. Dentre esses procedimentos, obtivemos entendimento da entidade e do seu ambiente, o que inclui o controle interno da Companhia, para a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Conforme descrito na NBC TA 200, devido às limitações inerentes da auditoria, há um risco inevitável de que algumas distorções relevantes das demonstrações contábeis podem não ser detectadas, apesar de a auditoria ser devidamente planejada e realizada de acordo com as normas de auditoria (NBC TA 200, item 51). Na avaliação desses riscos, segundo as normas de auditoria, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, com o objetivo de planejar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Assim, não expressamos uma opinião ou conclusão sobre os controles internos da Companhia.

A administração da Companhia é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro. No cumprimento dessa responsabilidade, a administração faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controle interno.

A definição de "Controle interno", no contexto das normas de auditoria, significa o processo planejado, implementado e mantido pelos responsáveis da governança, administração e outros funcionários para fornecer uma segurança razoável quanto à realização dos objetivos da Companhia no que se refere à confiabilidade dos relatórios financeiros, efetividade e eficiência das operações e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis. Uma deficiência de controle interno existe quando (i) o controle é planejado, implementado ou operado de tal forma que não consegue prevenir, ou detectar e corrigir tempestivamente, distorções nas demonstrações contábeis; ou (ii) falta um controle necessário para prevenir, ou detectar e corrigir tempestivamente, distorções nas demonstrações contábeis.

Os procedimentos foram realizados, com o propósito exclusivo mencionado no primeiro parágrafo, e, considerando as limitações inerentes ao processo de auditoria das demonstrações contábeis, não

5.3 - Descrição dos controles internos

necessariamente nos permitiram identificar todas as deficiências dos controles internos de Hotéis Othon S.A – Em recuperação judicial (“Companhia”). Os nossos comentários referem-se aos controles internos em vigor quando da execução de nossos trabalhos de auditoria, que foram concluídos em 26/03/2019; não efetuamos nenhum procedimento de auditoria posteriormente à referida data. Os procedimentos de auditoria não foram conduzidos com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controle interno da Companhia e por isso não emitimos tal opinião. Além disso, não foram consideradas eventuais modificações desses controles porventura ocorridas após essa data.

Objeto do Trabalho

Buscar a melhoria dos controles internos existentes efetuando análises nas operações envolvendo as contas patrimoniais e de receitas e despesas das empresas do grupo Othon S/A. Nossos exames foram realizados de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a) planejamento dos trabalhos; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações que deram origem aos valores apropriados em contas patrimoniais e de receitas e despesas da Companhia.

Esse trabalho consistiu, fundamentalmente, da revisão da documentação e dos registros contábeis constantes nos razãoes e balancetes elaborados pelas empresas do grupo.

Período do Exame

Este relatório apresenta o resultado dos nossos trabalhos executados para o período de janeiro/2018 a dezembro de 2018 para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Contém recomendações específicas destinadas a proporcionar meios adicionais à Administração do grupo Othon S/A, para aumentar a eficiência, reduzir custos, salvaguardar ativos e aperfeiçoar as informações contábeis e financeiras das empresas.

Opinião da Auditoria

Após verificação e análise na documentação envolvendo todo o processo e rotinas para registros dos valores nas contas patrimoniais, de receitas e despesas e cumprimento às Normas Internas do grupo Othon S/A, para o período de janeiro/2018 a dezembro de 2018, somos de opinião que os controles são satisfatório, necessitando porém, de melhorias para que as transações sejam realizadas nas condições que assegurem a emissão, autorização, arquivo da documentação e registro dos processos e valores envolvendo as operações.

As recomendações da auditoria contidas no corpo do relatório são aplicáveis às empresas do grupo como um todo, exceto quanto a uma referência específica em uma determinada área citada e, também, aos aspectos que chamaram nossa atenção no decurso do exame realizado, em base de testes, na data base de 31/12/2018. Naturalmente, futuros exames ou trabalhos especiais de maior amplitude poderão revelar áreas adicionais importantes, passíveis de melhorias.

Nossa análise, como destaque, revelou fragilidades nos processos que envolvem as rotinas das empresas do grupo, quais sejam:

A) Hotéis Othon S/A (Hosa)

- (ITEM 1) Adiantamento a Fornecedores (*não significativo*);
- (ITEM 2) Depósitos Judiciais – Outros processos (*significativo*).

5.3 - Descrição dos controles internos

B-) Plantravel

- (ITEM 1) Contas a Receber (*não significativo*);
- (ITEM 2) Impostos a Recuperar (*não significativo*).

Este relatório destina-se exclusivamente para informação e uso da administração e para atendimento aos requisitos das normas existentes emitidas pela CVM, e não foi preparado para ser utilizado ou apresentado a terceiros fora da organização.

Aproveitamos o ensejo para expressar os nossos agradecimentos à Administração de Hotéis Othon S.A – Em recuperação judicial, e aos seus funcionários, pela colaboração prestada durante nossos trabalhos.

Colocamo-nos a disposição de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente

ADVANCE Auditores Independentes SS

CRC/RJ 007.276/O-0

Registro CVM 12.661

Nelson Fernando Marques Pfaltzgraff

Contador CRC/RJ 028.998/O

Registro CNAI 209

Sócio Responsável

5.3 - Descrição dos controles internos

PONTOS DE CONTROLE INTERNO

I) Área Operacional

Nossa análise e verificação nos procedimentos e rotinas de controles das empresas do grupo Othon S/A foram realizadas para o período de 01/01/18 a 31/12/18, limitando o escopo à análise dos documentos e levantamento de rotinas que compõe todo processo envolvendo os controles e os segmentos das empresas e às Normas da Diretoria que versam sobre os assuntos, os quais comentamos por Unidade do grupo:

A) Hotéis Othon S/A (Hosa)

1-) Adiantamentos a Fornecedores – em R\$

Descrição

Com base no razão analítico fornecido pela Contabilidade, com data base de 31/12/2018, identificamos pendências antigas sem definição desses adiantamentos. Como exemplo os fornecedores Montova Ind. E Com. De Móveis e Decorações, no valor de R\$ 41.808 (Agafi nº 056, 086, 92 e 95/11) e Candosa Artes em Madeira Ltda., no valor de R\$ 42.000 (Agafi nº 001/15).

Riscos

Pagamento em duplicidade do valor adiantado.

Recomendação

Sugerimos que haja um controle mais específico sobre esta conta, com a conciliação para possível ajuste.

Comentário da Administração

A administração entende o ponto e informa que o seu sistema de contas a pagar informa todos os adiantamentos pendentes ao se cadastrar novo documento a pagar a um fornecedor, desta forma, pagamentos em duplicidade não acontecem. Porém em 2019 procederá com uma revisão dos montantes adiantados que ainda não tiveram conclusão.

2-) Depósitos Judiciais – em R\$

Descrição

Com base no balancete de 31/12/2018, conta contábil 1.2.2.01, a qual apresenta um saldo consolidado de R\$ 10.550.912,45, cujos depósitos estão classificados em: a-)Trabalhistas, b-)Judiciais e c-)Outros processos, conforme demonstramos abaixo:

5.3 - Descrição dos controles internos

<u>em R\$</u>	<u>1.2.2.01.001</u>	<u>1.2.2.01.002</u>	<u>1.2.2.01.999</u>	
<u>Análise</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Judiciais</u>	<u>Outros Processos</u>	
SALX	77.700	0	27.216	
ECEN	2.978.450	1.751.830	3.435.729	
SPOC	0	0	2.500	
BOPH	1.141.624	0	39.752	
SOTH	12.619	0	44.196	
ROTH	944.894	0	76.584	
Total	5.155.287	1.751.830	3.625.977	10.533.094
<u>Contábil</u>	5.155.287	1.751.830	3.643.795	10.550.912
<u>Diferença</u>	0,00	0,00	-17.818,53	-17.818,53

Em base de teste na conta contábil Depósitos – Outros Processos – ECEN, verificamos fragilidade nas demonstrações dos valores bloqueados e depositados judicialmente, sem a menção do número do processo e dos autores. Constatamos que o 1º valor demonstrado na análise é do ano de 2001, para o qual não conseguimos relacionar com as respostas dos advogados apresentadas em 2018.

Salientamos que na apresentação da análise pelo Setor de Contabilidade em Depósitos - Outro Processos, constatamos uma divergência de R\$17.818,53 entre a análises e o saldo do balancete de 31/12/2018, conforme demonstramos acima.

Riscos

Causa judicial com valor desatualizado, não espelhada de forma segura nas demonstrações contábeis.

Recomendação

Que os Departamentos Contábil e Jurídico se posicionem a respeito dos valores que foram “bloqueados e depositados judicialmente”, dos processos que já foram extintos, de modo a solicitar o resgate desses numerários à HOSA.

Comentário da Administração

A administração entende o ponto e informa que possui contrato com prestadores de serviço que realizam periodicamente um trabalho em conjunto com o seu setor jurídico na verificação dos valores bloqueados e depositados judicialmente junto aos órgãos competentes para restituição dos montantes disponíveis.

B-) PLANTRAVEL

1- Contas a Receber – Vencidas Há mais de 360 dias – em R\$

Descrição

Verificamos que do total do Contas a Receber, no montante de **R\$ 831.277**, o valor correspondendo à 45% totalizando **R\$ 373.442**, já estão vencidos há mais de *360 dias*, para os quais não observamos a provisão para Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD constituída para estes,

5.3 - Descrição dos controles internos

conforme demonstramos abaixo:

<u>DATA</u>	<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>VENCIMENTO</u>	<u>DÉBITO</u>
	<u>1.1.2.01.0002 - CLIENTES EMPRESAS</u>		
31/03/2013	FATURA 2135 PLANTRAVEL	05/04/2013	19.556,25
30/04/2013	FATURA 2148 PLANTRAVEL	06/05/2013	7.892,84
30/04/2013	FATURA 2149 PLANTRAVEL	06/04/2013	18.416,63
31/05/2013	FATURA 2162/013 PLANTRAVEL	05/06/2013	8.519,81
31/05/2013	FATURA 2163/013 PLANTRAVEL	05/06/2013	19.879,55
30/06/2013	FATURA 2178/013 PLANTRAVEL	05/07/2013	11.312,97
30/06/2013	FATURA 2179/013 PLANTRAVEL	05/07/2013	26.396,92
31/07/2013	FATURA 2192/013 PLANTRAVEL	05/08/2013	8.589,87
31/07/2013	FATURA 2193/013 PLANTRAVEL	05/08/2013	20.043,05
30/08/2013	FATURA 2206/013 PLANTRAVEL	05/09/2013	6.765,70
30/08/2013	FATURA 2207/013 PLANTRAVEL	05/09/2013	8.118,84
30/08/2013	FATURA 2208/013 PLANTRAVEL	05/09/2013	18.943,96
31/08/2013	FATURA HOAGO/013	05/09/2013	29.137,93
30/09/2013	FATURA 2221/13 PLANTRAVEL	05/10/2013	6.587,44
30/09/2013	FATURA 2222/13 PLANTRAVEL	05/10/2013	7.904,93
30/09/2013	FATURA 2223/13 PLANTRAVEL	05/10/2013	18.444,84
30/09/2013	FATURA 2229/13 PLANTRAVEL	05/10/2013	26.806,90
31/03/2014	FATURA 900MAC3103/14 PLANTRAVEL	26/04/2014	4.292,68
30/04/2014	FATURA 900MAC3004/14 PLANTRAVEL	25/05/2014	11.950,37
31/05/2014	FATURA 90MACA3105/014 PLANTRAVEL	26/06/2014	17.837,93
31/05/2015	FATURA - 90MACA3105/015 -PLANTRAVEL	26/06/2015	15.033,31
30/06/2015	FATURA - 900LUC3006/015 -PLANTRAVEL	26/07/2015	9.321,18
30/09/2015	FATURA - 9000LUCMSE/015 - PLANTRAVEL	26/10/2015	4.139,44
31/10/2015	FATURA - 9000002726/015 - HOTEL ARARAQUARA	20/11/2015	3.407,31
30/11/2015	FATURA - 9000002747/015 - HOTEL ARARAQUARA	20/12/2015	4.876,90
30/11/2015	FATURA - 900LUM3011/015 - PLANTRAVEL	26/12/2015	3.669,02
31/12/2015	FATURA - 9000002771/015 - HOTEL ARARAQUARA	20/01/2016	75,69
31/03/2016	FATURA - 9000002842/016 - HOTEL ARARAQUARA SUITES LTDA	20/04/2016	1.774,18
31/03/2016	FATURA - 900LUMAR31/016 - PLANTRAVEL PLANEJ VIAG TUR	26/04/2016	8.219,93
30/04/2016	FATURA - 9000002864/016 - HOTEL ARARAQUARA SUITES	20/05/2016	364,58
31/05/2016	FATURA - 9000002884/016 - HOTEL ARARAQUARA	20/06/2016	5.235,95
31/05/2016	FATURA - 9000LU3105/016 -PLANTRAVEL PLANEJ VIAG TUR	26/06/2016	3.754,74
30/06/2016	FATURA - 9000002907/016 - HOTEL ARARAQUARA SUITES LTDA	20/07/2016	1.607,56
30/06/2016	FATURA - 900LUC3006/016 - PLANTRAVEL PLANEJ VIAG TUR	26/07/2016	4.850,07
31/07/2016	FATURA - 9000002928/016 - HOTEL ARARAQUARA SUITESLTDA	20/08/2016	1.026,61
31/08/2016	FATURA - 90LU3108MC/016 - PLANTRAVEL PLANEJ VIAG TUR	26/09/2016	2.305,51
30/11/2016	FATURA - 9000003011/016 - HOTEL ARARAQUARA SUITES LTDA	20/12/2016	4.804,53
30/11/2016	FATURA - 90MACA3011/016 - PLANTRAVEL PLANEJ VIAG TUR	26/12/2016	1.575,98
	<u>Total</u>		<u>373.441,90</u>

Riscos

Possível superavaliação do ativo, com créditos que não são mais passíveis de recuperação.

Recomendação

Que a empresa passe a fazer a provisão da PECLD - Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa, de modo que as demonstrações contábeis apresentada a cada final do mês reflita atual posição do contas a receber.

5.3 - Descrição dos controles internos

Comentário da Administração

A administração da Companhia entende existir a expectativa de recebimento dos referidos títulos. Uma vez que são valores a receber de hotéis que são administrados pelo próprio Grupo (Plantravel), logo no entendimento da administração não sendo então necessária a constituição da PECLD sobre tais valores.

2 Valores a Receber – Impostos a Recuperar – em R\$

Descrição

Com base na Composição Saldo das Contas Patrimoniais em 31/12/2018, constatamos que os saldos das Contas de Impostos a Recuperar PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, no montante de **R\$ 63.252,33** estão há mais de 10 anos sem movimentação, para os quais consideramos a restituição dos valores apresentados é de risco, conforme demonstramos abaixo:

5.3 - Descrição dos controles internos

DATA	<u>1.1.7.02.0012 - PIS A RECUPERAR</u>		
	PIS A RECUPERAR	676,56	
	Saldo Razão em 31/12/2018	676,56	0,00 676,56
DATA	<u>1.1.7.02.0013 - COFINS A RECUPERAR</u>		
	COFINS A RECUPERAR	3.123,84	
	Saldo Razão em 31/12/2018	3.123,84	0,00 3.123,84
DATA	<u>1.1.7.02.0014 - IRPJ A RECUPERAR</u>		
31/12/2007	A RECUPERAR REL. 4º TRI/2007	4.365,18	
31/03/2008	A RECUPERAR REL. 1º TRI/2008	13.475,76	
30/06/2008	A RECUPERAR REL. 2º TRIMESTRE/2008	12.071,38	
30/09/2008	IRPJ A RECUPERAR 3º TRIMESTRE/2008	4.425,28	
31/12/2008	IRPJ A RECUPERAR 4º TRIMESTRE/2008	4.304,95	
31/08/2015	IRPJ A RECUPERAR - PERD COMP REF JUROS PAGO A MAIOR	523,50	
	Saldo Razão em 31/12/2018	39.166,05	0,00 39.166,05
DATA	<u>1.1.7.02.0015 - CSLL A RECUPERAR</u>		
	CSLL A RECUPERAR 2º TRIMESTRE/2007	2.055,34	
30/09/2007	CSLL A RECUPERAR 3º TRIMESTRE/2007	2.490,90	
31/12/2007	CSLL A RECUPERAR 4º TRIMESTRE/2007	2.443,89	
31/03/2008	CSLL A RECUPERAR 1º TRIMESTRE/2008	2.192,49	
30/09/2008	CSLL A RECUPERAR 3º TRIMESTRE/2008	2.950,19	
31/12/2008	CSLL A RECUPERAR 4º TRIMESTRE/2008	3.209,20	
	CSLL A RECUPERAR	9.370,72	
	COMPENSAÇÃO CSLL S/ NFS 2018		4.426,85
	Saldo Razão em 31/12/2018	24.712,73	4.426,85 20.285,88

Riscos

Possível superavaliação do ativo, com créditos que não são mais passíveis de recuperação.

Recomendação

Sugerimos a avaliação detalhada da conta.

Comentário da Administração

A administração entende o ponto e informa que procederá com a baixa no ano de 2019.

De forma geral, apesar de apresentar algumas deficiências significativas para os Exercícios de 2017 e 2018, a Administração da Companhia concluiu que nossos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras são eficazes. A Auditoria nos seus relatórios de controle do Exercício de 2017 (RT 033/2018) e do Exercício de 2018 (.ADV-R-010/2019) relata que “Após verificação e análise na documentação envolvendo todo o processo e rotinas para registro dos valores nas contas patrimoniais, de receitas e despesas e cumprimento às Normas Internas do Grupo Othon, para o período de 2017 e 2018, somos de opinião que os controles são satisfatórios”.

5.3 - Descrição dos controles internos

b) A empresa busca não apresentar deficiência material (material weakness) referente ao sistema de controles internos da Companhia. Apesar de não existir um quadro fixo de auditores internos, a Companhia solicita a prestação de serviços dessa natureza de escritórios externos. Quando um determinado controle passa a ser considerado uma deficiência significativa, a Empresa adota todos os esforços para eliminar este risco.

c) O grau de deficiência de controles internos é apontado para a Companhia através de relatórios de controles internos elaborados pela Auditoria Externa que aponta estes pontos e faz sugestões de como eliminar os mesmos.

d) Comentário sobre deficiências significativas e recomendações do auditor:

Em 27 de setembro de 2016 a Companhia recebeu de seus auditores o relatório “Complemento a carta comentário Consolidada de 18 de abril de 2016” (Exercício 2015), onde relata as seguintes deficiências consideradas significativas, acompanhadas dos comentários do auditor:

Exercício 2015 – RT043/16

(A) Hotéis Othon S/A (Hosa):

(Item 1) Contingências

1) Contingências

1.1) Acordo Judicial

O consultor jurídico Pessoa e Pessoa Advogados, informa em seu relatório sobre o processo trabalhista nº 0000223-87.2014.5.05.0004, com provável possibilidade de perda, no valor atualizado de R\$ 100.000,00, de autoria da Sra. Ana Cecília Santos Freitas, contra a Unidade Bahia Othon Palace Hotel, reclamando pelo reconhecimento de vínculo empregatício com Hotéis Othon, horas extras e reflexos, indenização por danos morais, diferenças de verbas rescisórias, equiparação salarial e pleitos normativos com base na CCT do Sinhotéis.

Conforme informado pela administração de Hotéis Othon, o processo foi concluso e há um acordo judicial estabelecido entre as partes, todavia, até o término dos nossos trabalhos de campo não tivemos acesso ao acordo firmado entre Hotéis Othon e a parte autora.

Recomendação: Aguardamos o documento que nos assegure quanto ao acordo judicial estabelecido, para nossas análises e arquivamento.

1.2) Provisão para Contingência

Recebemos retorno de todos os consultores jurídicos com os quais Hotéis Othon mantém processos em andamento na data de 31/12/2015, para os quais enviamos carta solicitando informações sobre a situação de ações civis, fiscais ou de outra natureza de interesse de Hotéis Othon, reclamações ou quaisquer outros litígios, sobre o valor estimado dos prejuízos decorrentes das ações pendentes na justiça e a possibilidade de perda dos processos relacionados.

Consultores Jurídicos circularizados:

Antonelli & Associados Advogados;

Benjó , Garcia , Souto e Novaes Advogados Associados;

Berggvist & Alvarez Advogados;

Bichara , Barata , Costa e Rocha Advogados;

5.3 - Descrição dos controles internos

Pessoa e Pessoa;
 Castaing de Oliveira Advogados;
 Edson Barroso Sociedade de Advogados;
 Bosisio Advogados;
 Fraga , Bekierman e Pacheco Neto Advogados;
 Jorge , Gazal Advogados;
 Manuella Falcão;
 Lima & Falcão Advogados;
 Oliveira Alves Advogados;
 Olmos & Olmos;
 Viegas Marques & Marchese Advogados Associados.

Com base nas respostas recebidas, produzimos um relatório que contempla todas as causas mencionadas pelos advogados e observamos algumas divergências a considerar:

1. O valor provisionado no balancete como causas prováveis de perda está a menor em R\$ 542.748, comparado com o total apresentado pelos advogados. Vide composição:

Causas Prováveis de Perda

Respostas de Advogados (21.473.270)
 Balancete - Provisão para Contingências (# 2.2.8.01) (20.930.522)
 Diferença 542.748

2. O valor registrado no balancete como depósitos judiciais está a menor em R\$ 732.955, comparado com o total apresentado pelos advogados. Vide composição:

Depósitos Judiciais

Respostas de Advogados 8.409.815
 Balancete - Depósitos Judiciais (# 1.2.2.01) 7.676.861
 Diferença (732.955)

Recomendação: Recomendamos que as informações dos consultores jurídicos sejam a base para mensuração de provisão para contingências e depósitos judiciais.

Comentário da Controladoria

Depósitos judiciais

O saldo registrado no balancete está de acordo com a movimentação ocorrida referente aos depósitos e bloqueios judiciais da companhia.

(Item 3) Estoques – Inventário Físico

3) Estoques – Inventário Físico

Acompanhamos em 29/12/2015 o inventário físico anual da unidade Rio Othon Palace, localizado no Rio de Janeiro, visando identificar se os procedimentos aplicados na contagem física nos garantem conforto em relação à adequacidade da contagem e outros aspectos de controle interno.

A contagem foi acompanhada para itens dos estoques de alimentos e bebidas e para o estoque de manutenção. Alguns pontos no desenvolvimento do inventário foram observados, como:

- Instruções de inventário;
- Arrumação dos estoques;

5.3 - Descrição dos controles internos

- Posição de estoque antes da contagem física e amostragem;
- Movimentação de materiais durante a contagem;
- Segregação de funções;
- Itens obsoletos ou de baixa movimentação;
- Procedimentos de observação.

E, portanto, temos algumas colocações relevantes a considerar com relação a “Segregação de funções”, “Arrumação dos estoques” e “Itens obsoletos ou de baixa movimentação”.

3.1) Segregação de Funções

Observamos falta de segregação de função para os registros das mercadorias nos estoques, pois vimos que as entradas e saídas de mercadorias são tarefas realizadas pelo mesmo departamento, o almoxarifado. Para que haja um melhor controle, o ideal seria que o Almoxarifado ficasse responsável por apenas uma dessas etapas, enquanto que outro departamento a considerar, se responsabilizasse pela outra etapa do processo, evitando assim possíveis “acertos” nos estoques sem a devida autorização e conhecimento.

Identificamos que houve saídas de itens do estoque de materiais de manutenção, que não foram baixados do sistema, prejudicando o controle do nível de reposição dos estoques.

3.2) Arrumação dos estoques – Alimentos e Manutenção

Observamos que no frigorífico de pescados havia mercadorias do mesmo tipo e marca, distribuídos em locais diferentes, o que dificulta o seu controle e conseqüentemente dificultou a contagem dos itens no momento do inventário.

Para os itens destinados a manutenção do hotel, também foram identificadas falhas na organização do estoque, encontramos diversos itens misturados, não referenciados e alocados de forma inadequada. Identificamos também que alguns itens selecionados para acompanhamento da contagem, que constavam do relatório fornecido pelo departamento de custos, não foram encontrados no estoque.

3.3) Itens obsoletos ou de baixa movimentação - Alimentos

Identificamos durante o acompanhamento do inventário físico, na contagem do café expresso, itens avariados devido ao mal acondicionamento de tais itens no estoque, assim como também, percebemos no frigorífico de laticínios, vazamento de água, oriundo do sistema de refrigeração diretamente sobre as caixas das mercadorias, o que também pode implicar em perda.

Recomendação: Recomendamos que sejam observadas a segregação de funções nos estoques, a fim de que riscos sejam mitigados, que sejam consideradas a importância da organização dos itens dos estoques para um controle eficaz, evitando os desperdícios, também o acondicionamento eficiente das mercadorias, para que não resulte em perdas.

Comentários da Controladoria

3.1. Segregação de funções:

3.1.1) O departamento que realiza as tarefas de entradas e saídas de mercadorias é o mesmo, porém, os colaboradores que realizam as tarefas são diferentes. Existe um colaborador destinado a dar entrada nas mercadorias e para um maior controle, as baixas são efetuadas pelo supervisor do almoxarifado.

3.1.2) Todo e qualquer acerto só poderá ser efetuado pelo departamento de custos, através de autorização da gerência da controladoria.

3.1.3) Em relação aos itens de estoque de materiais de manutenção, realmente na época da auditoria, alguns itens estavam em não conformidade com nosso procedimento normal, pois estávamos nos preparando para mudança de local do almoxarifado da manutenção, que já ocorreu e hoje temos total controle de todos os itens do estoque.

3.2. Arrumação dos estoques – Alimentos e Manutenção:

5.3 - Descrição dos controles internos

3.2.1) O período da auditoria foi um período de alta ocupação, neste período é feito a arrumação de acordo com as datas de validade e o espaço físico das câmaras frigoríficas, de forma que consigamos uma maior mobilidade dentro da mesma.

3.2.2) As falhas identificadas nos itens de estoque de materiais da manutenção, já foram regularizadas conforme mencionado no item 3.1.3 acima.

3.3) Itens obsoletos ou de baixa movimentação – Alimentos:

3.3.1) Não conseguimos identificar o questionamento referente ao café expresso. Porém na câmara frigorífica de laticínios, acontecem pequenas goteiras quando ocorre o degelo desta câmara, porém todas as providências são tomadas para que não ocorra a perda das mercadorias durante o degelo.

Exercício 2016 – RT022/17

Todos os pontos levantados pelos auditores são classificados como não significativos, portanto não se aplica explanação a respeito deste exercício.

Exercício 2017 – RT033/18

(A) Hotéis Othon S/A (Hosa):

(Item 3) Depósitos judiciais – ausência de controle

3-) Depósitos judiciais – ausência de controle

Descrição: Durante os exames sobre o grupo de depósitos judiciais da controladora HOSA, observamos que o controle sobre os valores bloqueados e depositados judicialmente da Companhia não possui controle efetivo que traga razoável certeza.

Entendemos isso pois a composição/controlado em questão apresenta as seguintes deficiências:

1. Valores negativos que não conseguimos vincular a que processo se refere;
2. Lançamentos sem a informação do nº do processo;
3. Lançamentos com histórico de "SALDO EM 31/12/2008" sem fazer menção a algum processo; e
4. Lançamentos com histórico de "Bloqueio Judicial" sem fazer menção a algum processo

Logo não nos foi possível efetuar o cruzamento entre as respostas de circularização de advogados e a posição desse controle, processo por processo e nem ter a certeza que algum bloqueio ou depósito feito em momento anterior não faltaria a recuperação/liberação do mesmo.

Riscos: Nós tomamos como referência as cartas recebidas dos Advogados, para confrontar com o contabilizado. Nesse confronto encontramos uma divergência que não foi significativa ao padrão de materialidade de auditoria. No entanto, nosso procedimento não cobriria a situação de causas não respondidas pelo advogado que estejam encerradas e que a companhia tenha valores a se restituir.

Recomendação: Recomendamos que a Companhia efetue um redesenho dos processos internos existentes entre as áreas jurídica e contábil, revise todos as linhas “planilhadas” em seu controle, associe cada uma a um processo e por fim apure possíveis valores a serem resgatados ou até causa sem a coordenação de algum advogado (evitando novas perdas) no intuito de garantir a otimização do controle e da acuracidade dos valores depositados e bloqueados judicialmente, assim como, a tempestividade no resgate desses numerários e retorno ao caixa da Companhia.

(Item 8) Diferença entre “folha x contábil”.

8-) Diferença entre “folha x contábil”.

Descrição: Durante as análises dos especialistas de Labor, foi observado que no confronto da “folha x contábil” encontramos diferenças. O agregado das diferenças líquidas que foram encontradas não foram significativas para impactar a opinião de auditoria mas revela que o processo necessita de uma revisão e reavaliação, visando uma maior acuracidade.

5.3 - Descrição dos controles internos

Riscos: Possíveis distorções em seus resultados e posições patrimoniais.

Recomendação: Recomendamos que a companhia proceda à revisão da parametrização dos eventos de folha para melhor alocação das despesas referentes aos seus respectivos eventos.

(Item 9) Impostos e encargos em aberto.

9-) Impostos e encargos em aberto.

Descrição: Durante as análises dos especialistas de Labor, foi observado que os Hotéis Othon deixaram de recolher INSS, FGTS e IRRF durante o ano de 2016 e 2017.

Riscos: Para o período compreendido entre maio de 2016 e dezembro de 2017, teríamos MR\$ 18.907 de principal que em caso de autuação fiscal, a exposição poderá chegar a MR\$ 33.654. No caso de pagamento espontâneo, a exposição poderá ser reduzida para MR\$ 24.296 aproximadamente.

Recomendação: Recomendamos que a companhia proceda à revisão e avaliação do assunto para proceder os recolhimentos da melhor forma em linha com a legislação.

(B) Plantravel:

(Item 1) Contas a receber – vencidos a longa data

1-) Contas a receber – vencidos a longa data

Descrição: Verificamos que em nossas análises sobre o Contas a Receber com títulos/posições com atraso superior a 180 dias (de junho de 2017 a 2013) no montante de R\$ 139.691 e títulos sem a informação de vencimento R\$ 17.376 (Total R\$ 157.067) mas emitidos a longa data. E não observamos provisão para Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) constituída para esses.

Riscos: A manutenção de valores abertos de longa data pós vencimento em seu ativo traz uma posição patrimonial com indícios fortes de que nesses não haverá realização. Logo a ausência do provisionamento desses valores contra resultado impacta a confiabilidade das posições patrimoniais. E caso haja expectativa de recebimento futuro, devido a longa data, haveria então a necessidade de fazer um AVP (ajuste a valor presente) o que provavelmente traria muitos dos títulos a valor zero.

Recomendação: Recomendamos que a Companhia revise sua a situação mencionada, tendo em vista, que brevemente, essas faturas completarão cinco anos em aberto. De forma geral, a provisão/baixa ou um novo instrumento de dívida devem ser providenciados para o próximo exercício.

(C) Othon E:

(Item 7) Conciliação entre Saldos Contábeis e Saldos Fiscais.

7-) Conciliação entre Saldos Contábeis e Saldos Fiscais.

Descrição: Durante as análises dos especialistas de Tax, foi observado que determinados saldos contábeis necessitam de conciliação para confronto com saldos fiscais. Nos foi informado que a diferença refere-se aos lotes de terrenos envolvidos na causa que deu origem ao saldo contábil e que retornaram para o ativo da Othon Empreendimentos (contrapartida no ativo).

Observa-se que os saldos contábeis não estão correlacionados com os saldos fiscais, resultando em:

- Maior dificuldade para o preenchimento da ECF;
- Necessidade de controles auxiliares;
- Possibilidade de inconsistências por intervenção humana; e
- Aumento de horas de trabalho para manutenção dos valores conciliados.

Riscos: Como efeito colateral ao observado acima pode gerar custos e gastos não planejados.

Recomendação: Sugerimos que os saldos contábeis onde são registradas provisões sejam confrontados

5.3 - Descrição dos controles internos

com os respectivos saldos fiscais da parte B do e-LALUR e do e-LACS e que as realizações ou constituições de valores efetivamente devidos ocorram em contas contábeis específicas.

Exercício 2018 – ADV-R-010/2019

(A) Hotéis Othon S/A (Hosa):

(Item 2) Depósitos Judiciais – Outros processos

2-) Depósitos Judiciais – Outros processos(significativo).

Descrição: Com base no balancete de 31/12/2018, conta contábil 1.2.2.01, a qual apresenta um saldo consolidado de R\$ 10.550.912,45, cujos depósitos estão classificados em: a-)Trabalhistas, b-)Judiciais e c-)Outros processos, conforme demonstramos abaixo:

<u>em R\$</u>	<u>1.2.2.01.001</u>	<u>1.2.2.01.002</u>	<u>1.2.2.01.999</u>	
<u>Análise</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Judiciais</u>	<u>Outros Processos</u>	
SALX	77.700	0	27.216	
ECEN	2.978.450	1.751.830	3.435.729	
SPOC	0	0	2.500	
BOPH	1.141.624	0	39.752	
SOTH	12.619	0	44.196	
ROTH	944.894	0	76.584	
Total	5.155.287	1.751.830	3.625.977	10.533.094
<u>Contábil</u>	<u>5.155.287</u>	<u>1.751.830</u>	<u>3.643.795</u>	<u>10.550.912</u>
<u>Diferença</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>-17.818,53</u>	<u>-17.818,53</u>

Em base de teste na conta contábil Depósitos – Outros Processos – ECEN, verificamos fragilidade nas demonstrações dos valores bloqueados e depositados judicialmente, sem a menção do número do processo e dos autores. Constatamos que o 1^o valor demonstrado na análise é do ano de 2001, para o qual não conseguimos relacionar com as respostas dos advogados apresentadas em 2018.

Salientamos que na apresentação da análise pelo Setor de Contabilidade em Depósitos - Outro Processos, constatamos uma divergência de R\$17.818,53 entre a análises e o saldo do balancete de 31/12/2018, conforme demonstramos acima.

Riscos: Causa judicial com valor desatualizado, não espelhada de forma segura nas demonstrações contábeis.

Recomendação: Que os Departamentos Contábil e Jurídico se posicionem a respeito dos valores que foram “bloqueados e depositados judicialmente”, dos processos que já foram extintos, de modo a solicitar o resgate desses numerários à HOSA.

e) Os Diretores descrevem abaixo as medidas que vem sendo adotadas para mitigar ou eliminar cada uma das deficiências significativas elencadas no sub-item anterior.

Exercício 2015 – RT043/16

(A) Hotéis Othon S/A (Hosa):

5.3 - Descrição dos controles internos

(Item 1) Contingências

1) Contingências

A companhia já efetuou em 31/12/2016 as reversões e provisões necessárias para demonstrar neste exercício o valor de acordo com as posições atualizadas de seus assessores.

(Item 3) Estoques – Inventário Físico

3) Estoques – Inventário Físico

3.1. Segregação de funções:

3.1.1) O departamento que realiza as tarefas de entradas e saídas de mercadorias é o mesmo, porém, os colaboradores que realizam as tarefas são diferentes. Existe um colaborador destinado a dar entrada nas mercadorias e para um maior controle, as baixas são efetuadas apenas pelo supervisor do almoxarifado.

3.1.2) Todo e qualquer acerto só poderá ser efetuado pelo departamento de custos, através de autorização da gerência da controladoria.

3.1.3) Em relação aos itens de estoque de materiais de manutenção, de fato na época da auditoria de 2015, alguns itens estavam em não conformidade com nosso procedimento normal, pois estávamos nos preparando para mudança de local do almoxarifado da manutenção, que já ocorreu ao longo de 2016, e com isto, hoje temos total controle de todos os itens do estoque.

3.2. Arrumação dos estoques – Alimentos e Manutenção:

3.2.1) O período da auditoria foi um período de alta ocupação, neste período é feito a arrumação de acordo com as datas de validade e o espaço físico das câmaras frigoríficas, de forma que consigamos uma maior mobilidade dentro da mesma.

3.2.2) As falhas identificadas nos itens de estoque de materiais da manutenção, já foram regularizadas conforme mencionado no item 3.1.3 acima.

3.3) Itens obsoletos ou de baixa movimentação – Alimentos:

3.3.1) Não conseguimos identificar o questionamento referente ao café expresso. Já com relação a câmara frigorífica de laticínios acontecem pequenas goteiras quando ocorre o degelo da mesma, porém medidas são sempre tomadas para que não ocorra a perda das mercadorias durante o degelo.

Exercício 2016 – RT022/17

Todos os pontos levantados pelos auditores são classificados como não significativos, portanto não se aplica explanação a respeito deste exercício.

Exercício 2017 – RT033/18

(A) Hotéis Othon S/A (Hosa):

(Item 3) Depósitos judiciais – ausência de controle

3-) Depósitos judiciais – ausência de controle

A companhia possui contrato com prestadores de serviço que estão realizando um trabalho em conjunto com o seu setor jurídico na verificação dos valores bloqueados e depositados judicialmente junto aos órgãos competentes para restituição dos montantes disponíveis, desta forma, as baixas na conta contábil

5.3 - Descrição dos controles internos

correspondente é feita conforme levantamentos realizados e/ou utilizações em condenações/acordos judiciais.

(Item 8) Diferença entre “folha x contábil”.

8-) Diferença entre “folha x contábil”.

Já para 2018, o Departamento Pessoal da companhia está realizando os devidos ajustes na parametrização do sistema de folha, no que tange a emissão de relatórios.

(Item 9) Impostos e encargos em aberto.

9-) Impostos e encargos em aberto.

A administração da Companhia vem trabalhando para regularizar a situação, e está verificando um parcelamento de tais tributos junto às repartições do governo correspondente.

(B) Plantravel:

(Item 1) Contas a receber – vencidos a longa data

1-) Contas a receber – vencidos a longa data

A administração da Companhia entende existir a expectativa de recebimento dos referidos títulos. Uma vez que são valores a receber de hotéis que são administrados pelo próprio Grupo (Plantravel), logo no entendimento da administração não sendo então necessária a constituição da PECLD sobre tais valores.

(C) Othon E:

(Item 7) Conciliação entre Saldos Contábeis e Saldos Fiscais.

7-) Conciliação entre Saldos Contábeis e Saldos Fiscais.

Já foram feitos os devidos acertos no processo em 2018.

Exercício 2018 – ADV-R-010/2019

(A) Hotéis Othon S/A (Hosa):

(Item 2) Depósitos Judiciais – Outros processos

2-) Depósitos Judiciais – Outros processos (significativo).

A administração entende o ponto e informa que possui contrato com prestadores de serviço que realizam periodicamente um trabalho em conjunto com o seu setor jurídico na verificação dos valores bloqueados e depositados judicialmente junto aos órgãos competentes para restituição dos montantes disponíveis.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 – Outras Informações relevantes de riscos de mercado

Não se aplica, pois a Companhia já abordou em outros itens deste capítulo os aspectos relevantes quanto a riscos de mercado.

5.5 - Alterações significativas

5.5 Comentários sobre alterações significativas e expectativas dos riscos de mercado:

A Companhia entende que não houve alteração significativa dos riscos de mercado aos quais a Empresa esta exposta.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 – Outras Informações Relevantes

5.6 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia já foram abordadas nos itens 5.1, 5.2, 5.3, 5.4 e 5.5.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	08/06/1982
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	09/06/1982

6.3 - Breve histórico

6.3 Breve histórico do emissor

De uma loja de tecidos à maior rede Hoteleira do Brasil com capital nacional

Em 2013 a rede de hotéis Othon comemorou 70 anos.

Quando o Sr. Othon Lynch Bezerra de Mello abriu sua primeira loja, em 1905, mesmo sem saber, dava início a um império que incluía usinas de açúcar, produção de energia, agropecuária, seguros e hotelaria. Fundada em Recife, a empresa na década de 40 se expandiu para o sul do País. No final de 1943, o fundador criava a Companhia Brasileira de Novos Hotéis, que se transformou na maior rede hoteleira do Brasil com capital nacional.

O primeiro hotel foi aberto em 1943 no Rio de Janeiro e chamava-se Hotel Aeroporto, hoje Aeroporto Othon Travel. Nos anos 50 foi inaugurado o Othon Palace na capital paulista. No mesmo período e até os anos 70 foram construídos mais sete hotéis em Copacabana. Em 1975, foi a vez de a Bahia ganhar um Othon em sua capital e, no ano seguinte era inaugurado o Rio Othon Palace que é, até hoje, a principal unidade da rede. Poucos anos depois abria as portas o Belo Horizonte Othon Palace.

A partir de 2000, a Rede Othon passou a atuar também no exterior, através de contratos de administração, contando naquele ano com 11 unidades. Sua bandeira, na época, estava presente em cinco países: França, Portugal, Estados Unidos, Argentina e Peru.

Em 2003, teve início a administração e comercialização de condomínios com a marca Othon Flats (atualmente Othon Suítes), que tem sede em São Paulo.

Ampliação da oferta e da estrutura de vendas

Nos últimos anos o interior de São Paulo ganhou significativa melhora em sua infraestrutura com a abertura Limeira Othon Suítes em Limeira, Araraquara Othon Suítes na cidade de Araraquara, Matão Othon Suítes e São Carlos Othon Suítes. Com esses quatro empreendimentos no interior do estado, adicionado ao The Time Othon Suítes, na capital de São Paulo, a rede passou a contar com cinco unidades no estado.

Para atender a crescente demanda por hóspedes corporativos ou em busca de lazer, mantendo como parte do plano de expansão, conforme mencionado acima, o Grupo abriu em 2013 o empreendimento na cidade de Araraquara, o Araraquara Othon Suítes, que conta com 61 apartamentos, voltado principalmente para o público corporativo. Em 2015 foram inaugurados o Matão Othon Suítes, com 79 apartamentos e o São Carlos Othon suítes, com 47 apartamentos. Com estes lançamentos a rede passou a contar, com cinco unidades no estado, considerando-se o The Time Othon Suítes, na capital Paulista.

Conforme comentado anteriormente, em 2015, a Empresa manteve ainda o foco principal em aumentar sua presença no interior de São Paulo: A rede de Hotéis Othon reforçou sua atuação com a inauguração dos hotéis Matão Othon Suítes e o São Carlos Othon Suítes.

Além do interior Paulista, a rede hoteleira planeja crescer em outras regiões, instalando novos hotéis com perfil corporativo, tais como a região Sul, Nordeste e Centro Oeste, assim como Espírito Santo, Brasília e interior de Minas Gerais, destinos estratégicos para a rede,

6.3 - Breve histórico

nos próximos anos.

Seguindo esta estratégia de crescimento, via administração de hotéis de terceiros, Hotéis Othon estabeleceu uma nova parceria, inaugurando no início de abril de 2017 o Othon Suítes Natal. Com foco no hóspede corporativo, esta unidade possui 170 apartamentos e um auditório com capacidade para 200 pessoas.

Adicionalmente, no final de março de 2018, o Grupo inaugurou uma nova unidade na cidade de Recife, Estado onde a história de sucesso do Grupo iniciou. O novo Hotel, situado na ilha do Leite, passará por algumas reformulações a fim de se adequar ao padrão de atendimento e conforto da forte marca Othon. O Othon suítes Recife Metropolis conta com 17 andares, 84 apartamentos e quatro salas para eventos, com capacidade para 185 lugares. Esta unidade apresenta grandes atrativos para o mercado corporativo e hóspedes a lazer.

No Brasil a Rede Othon está presente no Rio de Janeiro, Macaé, São Paulo, Araraquara, São Carlos, Matão, Natal, Fortaleza e Pernambuco.

O Grupo Othon conta com uma extensa rede de vendas, com centrais de reservas no Rio de Janeiro e em São Paulo, escritórios em todo o Brasil, representantes comerciais dentro e fora do País, além de várias operadoras de telemarketing e um sistema de reservas eletrônicas. Para completar, é uma das poucas empresas no Brasil a integrar com seu próprio código WW o GDS (*Global Distribution System*) aliança estratégica com a *Worldhotels*, que permite a qualquer agência do mundo fazer reservas de quartos em todos os hotéis da rede. Em 2010 a Rede Othon firmou aliança com a Voilá, uma das mais tradicionais empresas de administração de programa de fidelidade.

Qualificação de mão-de-obra e modernização de suas instalações

O Rio Othon Palace, localizado na praia de Copacabana, principal unidade da rede, continua sendo uma referência na hotelaria nacional de luxo. São 578 apartamentos, distribuídos em trinta pavimentos. Com a revitalização, diversos andares passaram para a categoria LUXO e atendem a um público bem específico, os executivos. Todos os apartamentos possuem internet banda larga, camas king size, TV com tela plana e telefone direto com duas linhas. Já as suítes, contam ainda com banheiras de hidromassagem. Além disso, os restaurantes foram totalmente modernizados ganhando novas decorações. A área de lazer da piscina foi também modernizada e conta com mobiliário novo e moderno.

Em linha com sua política de investimentos e modernização constante de suas unidades, O Rio Othon Palace, ganhou em 2013, um dos mais completos e modernos espaços de saúde e qualidade de vida do Rio de Janeiro, Foi inaugurado salão de eventos Copacabana, com capacidade para 700 pessoas, uma ampla modernização do restaurante Skylab (eleito como uma das mais belas vistas do mundo), da área de eventos, do salão Itaipu e do Foyer, assim como a conclusão da reforma e modernização de 250 quartos, que passaram a integrar os novos andares de categoria “Superior Premium”. No mês de maio de 2014, a rede finalizou a reformulação e modernização do Rio Othon Palace, que recebeu aporte de cerca de R\$30 milhões, para preparar o hotel para a Copa do Mundo.

Em 2015, entre as maravilhas do bairro de Copacabana, Rio de Janeiro, encontra-se o Rio Othon Palace, eleito um dos 20 hotéis com a vista mais incrível do mundo. Neste mesmo ano, maiores investimentos foram direcionados com reformas nesta que é uma das mais

6.3 - Breve histórico

charmosas unidades da rede. Este Hotel não só celebrou os 40 anos do empreendimento como também revelou uma mudança de proposta aos clientes tendo inaugurado no terceiro andar o salão Bossa Café, e um novo restaurante, onde a Rede prevê 50% a mais de eventos nestes espaços. O novo restaurante pode receber até 300 pessoas e pode ser dividido em dois ambientes. Juntos, o salão e o restaurante têm capacidade de receber eventos com até 480 pessoas. O novo restaurante tem o movimento Bossa Nova como inspiração: O Bossa Nova Café, que alia gastronomia a Eventos. A área, no terceiro andar do Hotel, recebeu investimentos de mais de R\$3 milhões. O restaurante tem capacidade para receber mais de mil hóspedes por dia. As referências deste movimento histórico tão marcante no Brasil e no mundo estão presentes no restaurante e em toda a identidade visual do novo espaço. Devido a uma parede transparente no salão, os hóspedes têm uma ampla vista de alguns dos principais pontos turísticos do Rio de Janeiro, como o Pão de Açúcar e o Forte e a Praia de Copacabana. De acordo com a Administração, a próxima mudança na área de Alimentos e Bebidas do Hotel será transportar este mesmo conceito do Café Bossa Nova para o famoso restaurante Skylab, instalado no 30º andar do Hotel. A idéia é que ali também seja um espaço que atenda hóspedes, clientes e eventos. O objetivo do Grupo é unir, nos hotéis que integram a rede, o que há de mais moderno em hotelaria com uma equipe extremamente treinada e atenta, uma das características mais admiradas e citadas pelos clientes.

Também em 2015, o Rio Othon Palace, dando continuidade ao constante investimento em modernização das unidades da Rede, inaugurou a nova área da piscina. Depois de três meses de reforma e investimentos de R\$500 mil, o Grupo abriu o espaço, que passa a contar com nova pintura geral, iluminação, nova área para ducha, toldo e ambientação do bar. A piscina do Rio Othon Palace também teve os vidros rebaixados atendendo ao conceito de “open space”, que proporciona aos usuários uma vista melhor da Praia de Copacabana. O Rio Othon Palace também investiu em serviços para o público corporativo, que cada vez mais, busca conforto e excelência durante suas hospedagens. Os 26 novos apartamentos, categoria Luxo Premium, que ficam de frente para a praia de Copacabana e estão localizados entre o 15º e 19º andar foram integralmente reformados para abrigar esta categoria. Além de diversas amenidades, tais como dock station e wifi gratuita, entre outras, os clientes hospedados nestes apartamentos, recebem outras vantagens como café da manhã no restaurante SkyLab, localizado no 30º do hotel, além de check-in e check-out em sala vip, no 27º andar. Além disso, estes hóspedes terão a sua disposição a nova tecnologia, a OKandGO, que facilita o acesso a contas e processos no ato do check-out. O OKandGO é um conjunto de ferramentas criadas para que o hóspede possa ter acesso a sua conta em tempo real, deixar o hotel sem passar pela recepção e fazer o check-out já no taxi, a caminho do aeroporto.

E cada vez mais os Hotéis Othon investem na melhoria do atendimento, se tornando uma referência na arte de receber seus hóspedes. Além disso, a Rede mantém parcerias para cuidar de projetos sociais, como a inclusão de portadores de necessidades especiais no mercado de trabalho hoteleiro, o Projeto UERÊ, que atende a menores carentes e o projeto de proteção ambiental CLEAN THE WORLD entre outros. É por tudo isso que a Rede se transforma em uma grande família. Três gerações de hóspedes são atendidas por três gerações de profissionais que prosseguem na carreira hoteleira. Assim, os hóspedes se sentem em casa, com todo o conforto e atenção que merecem.

Por fim, como estar conectado é o status mais desejado nos dias de hoje, a Rede de Hotéis Othon passou, a partir de abril de 2016, a disponibilizar internet de graça em todas as suas unidades nacionais e internacionais para seus hóspedes. A Rede se diferencia dos seus concorrentes por oferecer serviços que vão além da hospedagem e o acesso gratuito à internet é um deles. Oferecer este serviço como uma cortesia demonstra a preocupação da

6.3 - Breve histórico

Rede Othon em servir cada vez melhor seus hóspedes.

Em 2018 a empresa decidiu vender a unidade Aeroporto, e o fechamento das unidades, Belo Horizonte e Bahia em função de não apresentarem retorno satisfatório. Contribuiu também para um resultado negativo o custo das indenizações.

Em 27 de novembro de 2018, a Companhia, juntamente com suas controladas Othon Empreendimentos Hoteleiros S.A. (“Othon E.”) e HBBH – Empresa Brasileira de Novos Hotéis Ltda. (“HBBH”), estas últimas “controladas em recuperação judicial” e com a Companhia “Recuperandas”, em vista da situação financeira desfavorável em que se encontravam, ajuizou, pedido recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei no 11.101/05, perante o Juízo da 5ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (doravante “Juízo da Recuperação Judicial”) nos autos do processo nº 0280230-13.2018.8.19.0001. E em 08 de fevereiro de 2019, em cumprimento ao disposto no art. 53 da Lei de Recuperação Judicial, a Companhia, em conjunto com as controladas em recuperação judicial, apresentou ao Juízo da Recuperação Judicial o Plano de Recuperação Judicial (“Plano”), contendo a proposta dos meios de recuperação a serem empregados.

O Plano será submetido à aprovação dos credores, em Assembleia Geral de Credores, a ser convocada nos termos da referida Lei. Ressalte-se que as condições finais de pagamento dos credores poderão ser modificadas até aprovação final do Plano em Assembleia Geral de Credores convocada com esse fim específico.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.5. Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Não se aplica uma vez que não houve qualquer evento societário ou reestruturação societária ocorridos no emissor, controladas ou coligadas nos últimos 3 Exercícios sociais.

6.6 - Outras informações relevantes

6.6. Informações de pedidos de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valores relevantes, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos.

Empresa em recuperação judicial, cujo processo recebeu o número 02802230-13-2018.8.19.0001, distribuído em 27/11/2018 em trâmite perante o Juíz da 5ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

7.1 Descrição das atividades do emissor e suas controladas:

A Companhia tem como objeto social atuar no mercado de hotelaria, prestando serviços na indústria hoteleira abrangendo hospedagem, eventos e congressos, no ramo de turismo de negócios e lazer para hóspedes e clientes corporativos brasileiros e estrangeiros.

A rede de Hotéis Othon completou 70 anos de existência em 2013, originada com a extraordinária visão de seu fundador, Othon Lynch Bezerra de Mello que, expandindo seus negócios nas áreas têxteis e açucareira, vislumbrou dar ao Brasil, com capital integralmente nacional, uma extensa rede hoteleira.

Fundada em 1943 com a denominação de Cia. Brasileira de Novos Hotéis, seu primeiro hotel foi o Aeroporto Othon, inaugurado em 1944 no centro do Rio de Janeiro.

Ampliando sua presença em São Paulo, a Rede Othon começou a operar em 1954 o Othon Palace, junto ao viaduto do Chá, em meio ao coração financeiro da cidade.

A grande expansão da rede deu-se no Rio de Janeiro, paralelamente ao crescimento do bairro de Copacabana, antevendo o seu potencial turístico e antes mesmo que sua praia se tornasse uma das mais famosas do mundo.

Entre 1975 e 1979, a rede começa a expansão na linha dos grandes cinco estrelas, dobrando a sua oferta de apartamentos. São desta fase os hotéis Rio Othon Palace, Bahia Othon Palace e Belo Horizonte Othon Palace. Hotéis Othon tornou-se então a maior rede da América do Sul, e inovou os conceitos de gerenciamento de grandes unidades.

Nos anos noventa, aproveitando o know-how em serviços de hotelaria, passa a ser contratada para administrar hotéis de terceiros no sistema de "management".

Hoje a rede Othon conta com hotéis espalhados pelo Brasil (Rio de Janeiro, Macaé, São Paulo, Araraquara, São Carlos, Matão, Natal, Fortaleza e Recife), com diversas categorias: Othon Palace, Othon Travel, Othon Suítes. Todos com a qualidade de uma Rede que tem tradição e experiência. Para qualquer tipo de viagem, você pode contar com Hotéis Othon. Uma rede forte que está em todos os lugares.

Atualmente a rede de hotéis inicia uma nova etapa na sua história: administrar hotéis de terceiros, com base no conhecimento que o Grupo adquiriu por décadas. Este processo de administração de novos hotéis tem o interior de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Natal e Fortaleza. E os Estados da Região Sul e Centro-Oeste como objetivos futuros.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1.a Informações Relacionadas a Sociedade de economia mista:

Não se aplica, pois a Cia não é uma Empresa de economia mista.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2 – Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

- a. Produtos e serviços comercializados em cada segmento operacional
- b. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita bruta da Companhia
- c. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A Companhia atua exclusivamente no segmento operacional de Operação Hoteleira, seja atuando com Hotéis próprios, como administrando Hotéis de terceiros.

Neste item, considerando o segmento operacional de hotelaria, a Companhia optou por fazer o *disclosure* ao descrever o desempenho histórico dos últimos 3 (três) anos de seu segmento (Hotelaria), considerando este “segmento”, como a única “unidade geradora de caixa” e suas estratégias, que impactam positivamente suas demonstrações financeiras:

A Rede Othon continua sua estratégia, de privilegiar o segmento de vendas online, tornando-se uma das Redes mais eficientes nesta importante fonte de negócio.

No sentido de consolidar esse posicionamento continuou investindo no aperfeiçoamento de seus websites e softwares, de forma a potencializar o CRM (Customer Relationship Management), tornando mais ágil e eficaz as formas de mensuração das ações realizadas.

Os investimentos em publicidade mantêm sua ênfase nas mídias online, com Links patrocinados em mecanismos de buscas, banners publicitários em grandes portais do país, e diversos pacotes divulgados via campanhas de e-mail marketing, que se tornou reconhecida internacionalmente com o Prêmio Adrian Awards, concedido pela HSMIAI, na categoria E-mail Series em 2014 e nas categorias Website e Mobile Marketing em 2018.

Esse reconhecimento no maior prêmio internacional para o setor, corrobora a força do website othon.com.br, principal canal de vendas diretas que, através de sua receita, o coloca como 2º principal cliente da rede.

A presença de Hotéis Othon nos sites categorizados com “Redes Sociais”, que se tornaram um mercado de grande potencial, é hoje considerada como benchmark pelos especialistas desta área. No Facebook e Instagram Hotéis Othon teve um crescimento expressivo entre os anos de 2015 e 2018, finalizando o período com mais de 160 mil fãs em sua base de dados na Rede Social.

O estado de São Paulo continua sendo sua maior origem geográfica de negócios, representando importante participação do movimento de Clientes, principalmente oriundos do mercado corporativo.

Os canais de distribuição no exterior foram muito fortalecidos com a integração das unidades Palace na *WorldHotels*, uma das maiores empresas de marketing hoteleiro e distribuição eletrônica do mundo.

Dedicado aos clientes do hotel Rio Othon Palace, além do conforto e comodidade, incluem também benefícios exclusivos para executivos que viajam a trabalho, dos quais destacamos: os 26 novos apartamentos, categoria Luxo Frente Mar e Luxo Frente Mar Família, que ficam de frente para a praia de Copacabana e estão localizados entre o 6º e 19º andar foram integralmente reformados para abrigar esta categoria.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Com relação ao seu programa de fidelidade, Othon Special Guest, a rede conta com mais de 55 mil membros inscritos no programa,.

A Gerência de Marketing da empresa apóia estas atividades estratégicas e comerciais através de campanhas ONLINE e OFFLINE de revistas, jornal, rádio e outros meios de exibição nos principais mercados de atuação.

Resultados Operacionais da unidade Hoteleira:

Em 2015, decorrente da crise econômica que se instalou no país, com forte queda de hóspedes corporativos e a lazer, partindo-se ainda da premissa que 2015 foi um ano que não teve Copa do Mundo para alavancar as receitas, a taxa de ocupação alcançou 66,7%, com queda equivalente a 5,4 pontos percentuais.

Com isto, em 2015, a receita líquida somou R\$144,7 milhões, com redução de 14,7% em relação ao ano de 2014.

Repercutindo também nas margens operacionais, apesar do grande esforço em se reduzir custos e despesas, o Ebitda Recorrente ajustado de 2015 (excluindo-se as despesas com rescisões de pessoal, no montante de R\$1,9 milhão) alcançou R\$21,1 milhões, com margem de 14,6%, com queda, em valores absolutos de R\$16,3 milhões, em relação a 2014.

Em Abril de 2018 a Rede de Hotéis contava com 13 unidades hoteleiras, e 2.117 apartamentos, distribuídos entre cinco unidades próprias e oito administradas.

Ainda sob o impacto da crise econômica que tem aumentado os índices de desemprego e reduzido a atividade econômica no país, Hotéis Othon atingiu em 2016 R\$143,7 milhões de receita líquida, representando uma retração de 0,7%, ano contra ano.

Em 2016, reflexo de um intenso controle de custos e despesas, e a uma receita pontual de R\$16,0 milhões oriunda de ganhos com processos de IPTU pagos a maior, a Empresa alcançou um Ebitda Recorrente Ajustado de R\$40,2 milhões e margem de 28,0%.

Em 2017, reflexo ainda da forte crise econômica receita líquida caiu 18,3% e Ebitda alcançou R\$1,1 milhão com margem de 1,0%.

Em 2018, um ano que seria de recuperação, a crise na Rede Hoteleira ainda permaneceu , com isso Hotéis Othon apresentou um resultado negativo no ano de 2018. Ao final de 2018 a Rede Othon contava com 10 hotéis, entre unidades próprias e administradas.

Em seus dois hotéis próprios atualmente em operação, temos o Rio Othon Palace e Savoy Othon, que acumulado de Janeiro à Março de 2019 tiveram resultados positivos , tanto em relação ao ano anterior quanto em relação ao orçamento do ano, a saber: Rio Othon Palace : GOP 18% a mais que em 2018 e 18% acima do orçamento;

Savoy Othon : GOP 32% a mais que em 2018 e 18% acima do orçamento;

Suas unidades próprias : Bahia Othon Palace e Belo Horizonte Othon estão fechados, não operantes.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3 – Informações sobre os produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais:

a.) Característica do processo de produção

Ao longo de 2018 Hotéis Othon é um dos maiores grupos hoteleiros do Brasil, com então 13 hotéis, sendo cinco próprios e oito unidades onde HOSA (Hotéis Othon S.A.) é a administradora. Em abril de 2017 foi inaugurada uma nova unidade, o Othon Suítes Natal, com 170 apartamentos. Em março de 2018 foi inaugurado o hotel Othon Suítes Recife Metrópolis, uma nova unidade em Recife, com 84 apartamentos. Os hotéis são localizados em oito Estados Brasileiros (Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte). Ao final do ano o Grupo possuía 10 hotéis, sendo dois próprios, em decorrência da venda do Hotel Aeroporto no Rio de Janeiro e a descontinuidade das operações dos hotéis na Bahia e Belo Horizonte.

b.) Característica do processo de distribuição

A rede de Hotéis Othon trabalha com escritórios e representantes, em todo o Brasil e no exterior, como podem ser visualizados no quadro abaixo:

Escritórios de vendas e representação Hotéis Othon			
Nacional	Internacional		
Rio de Janeiro	Worldhotels		
Belo Horizonte	Chicago	Madri	Paris
Salvador	Los Angeles	Milão	Amsterdã
São Paulo	Nova York	Roma	Moscú
Natal	Dallas	Shangai	Pequim
Recife	Miami	Estocolmo	Nova Deli
Curitiba	Buenos Aires	Singapura	Washington
Santa Catarina	Londres	Sidney	Melbourne
Brasília	Frankfurt	Hong Kong	Tóquio / Hannover
Porto Alegre			

Sua área de vendas está integrada através de uma moderna e totalmente informatizada Central de Reservas, que interliga hotéis e clientes em tempo real, processando uma média mensal de aproximadamente 70.000 reservas.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

2. Canais de Distribuição

2.1. Global Distribution System (GDS):

2.1.1 - Amadeus / System One: 100.000 terminais cobrindo 82 mercados.

2.1.2 - Worldspan / Abacus: 48.000 terminais cobrindo 11 mercados.

2.1.3 - Sabre / Fantasia: 117.000 terminais cobrindo 74 mercados.

2.1.4 - Galileo / Apollo: 120.000 terminais cobrindo 74 mercados.

2.1.5. OTAs – online travel agents

2.1.6. Ominibees (plataforma de distribuição)

2.1.7. B2B

2.2. Página na Internet

Moderno site com facilidades de reservas em tempo real, com cerca de 16% de tráfego internacional, principalmente Argentina, EUA, Chile, Reino Unido, Uruguai, Itália, Alemanha, Portugal, França, entre outros.

c.) Características dos mercados de atuação, em especial:

i. Participação em cada um dos mercados

Em 31 de dezembro de 2018, a Rede de Hotéis Othon ocupava o 24º lugar no ranking das redes hoteleiras no Brasil.

ii. Condições de competição nos mercados

A crise econômica e o esfriamento do ambiente de negócios impactaram no setor hoteleiro em 2015. Desde então o setor vem sofrendo criando uma verdadeira guerra de preços em seus respectivos mercados. . Com a valorização do dólar, o brasileiro viaja mais internamente, e o país pode atrair maior mercado internacional.

Com uma maior oferta de unidades hoteleiras, principalmente no Rio de Janeiro, onde o Grupo atua ativamente, a guerra de preços e taxas de ocupação se tornou mais forte, gerando um impacto negativo na cidade – tanto em imagem quanto em resultados reais.

d.) Eventual sazonalidade

Em 2018 , em todas as cidades turísticas onde Hotéis Othon tinha suas propriedades ou administrava, a sazonalidade se manteve, com melhor índice de ocupação em janeiro, fevereiro, e meados de julho a meados de agosto. No restante do ano, cidades como Rio de Janeiro, Fortaleza, Natal, contaram com um mercado corporativo mais reduzido, e mercado turístico em feriados e eventos especiais. Nas regiões mais corporativas, janeiro, fevereiro e julho são justamente meses mais fracos, tais como em Macaé, São Paulo, São Carlos, Matão, Araraquara por exemplo. Durante o ano a tendência é o mercado estar mais aquecido nestas regiões. Porém em 2018 alguns segmentos de mercado – Oil & Gas – por exemplo, ficaram abaixo das expectativas.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

e.) Principais insumos e matérias primas:

- i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estas estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável:

Não aplicável, pois no processo de compra de insumos para nossos hotéis, não estamos sujeitos a controle ou regulamentação governamental, na relação com nossos fornecedores. No caso de matérias primas, também é não aplicável, pois o Othon não industrializa produtos.

- ii. Eventual dependência de poucos fornecedores:

Não aplicável, a partir do momento que não dependemos de poucos fornecedores na compra de insumos para nossos hotéis, pois dispomos de uma ampla rede de fornecedores.

- iii. Eventual volatilidade em seus preços:

Pode ocorrer volatilidade nos preços de alguns produtos insumos adquiridos de nossos fornecedores, que caso ocorram, são repassados para nossos clientes finais.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.4 - Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor informando:

- a.) montante total de receitas provenientes do cliente;**
- b.) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente.**

A rede de Hotéis Othon não apresentou um cliente que, individualmente, tenha sido responsável por mais de 10% de sua receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5 – Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando:

Neste item devem ser prestadas informações específicas sobre a regulação do setor de atuação do emissor, com a descrição das normas de maior impacto em sua atividade, tais como para a obtenção de licenças, autorizações, permissões e demais atos administrativos aos quais o emissor está sujeito. Adicionalmente, recomenda-se a identificação das agências reguladoras às quais a atuação do emissor está submetida, com a definição de seus escopos de atuação.

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações:

O emissor possui um único órgão governamental, a CVM – Comissão de Valores Mobiliários, responsável pela regulamentação do mercado de ações. Hotéis Othon S.A. mantém total transparência com a CVM e acionistas do emissor.

b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental:

A Companhia possui um programa denominado “Programa Othon Verde” que desenvolve ações de promoção da sustentabilidade, conscientizando e encorajando seus hóspedes e colaboradores a agirem de forma sustentável. Desta forma, este programa permite aos hotéis da rede Othon não só contribuir com a política ambiental, como aumentar a economia de água (através de uma utilização consciente desta) e de energia, minimizar o lançamento de detergentes no meio ambiente, entre outras ações.

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.

No caso da Companhia é importante a utilização da marca do Hotel, mas essa é registrada nos nossos Domínios.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.6. Receitas relevantes provenientes do Exterior:

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita total do emissor:

Ao longo de 2018 a receita proveniente de hóspedes brasileiros foi de **R\$ 56,9** milhões nos hotéis Rio Othon Palace, Savoy Othon , Aeroporto Othon, Bahia Othon Palace e Belo Horizonte Othon Palace, equivalente a uma participação de 62% da Receita Total dos hotéis.

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor:

País estrangeiro	2018	% Receita	Ranking	2017	% Receita	Ranking	2016	% Receita	Ranking
ARGENTINA	11.505.190	12,6%	1º	12.071.755	10,3%	1º	9.205.040	6,4%	1º
CHILE	4.711.756	5,1%	2º	3.872.024	3,3%	2º	2.445.814	1,7%	4º
ESTADOS UNIDOS	2.037.500	2,2%	3º	1.966.112	1,7%	3º	3.940.703	2,7%	3º
FRANÇA	1.682.065	1,8%	4º	1.102.608	0,9%	5º	1.240.401	0,9%	8º
ITALIA	1.258.187	1,4%	5º	1.512.516	1,3%	4º	1.483.840	1,0%	6º
ALEMANHA	1.164.799	1,3%	6º	898.534	0,8%	7º	1.813.092	1,3%	5º
PARAGUAY	1.147.880	1,3%	6º	453.365	0,6%	15º			
REINO UNIDO	917.609	1,0%	8º	897.751	0,8%	8º	1.121.075	0,8%	9º
COLOMBIA	798.537	0,9%	10º	451.524	0,6%	16º			
PORTUGAL	630.058	0,7%	9º	467.394	0,4%	9º	4.729.580	3,3%	2º

b) Receita total ente de países estrangeiros e sua participação na receita total do emissor:

Em 2018 a receita proveniente de hóspedes estrangeiros foi de **R\$ 34,6** milhões, equivalente a uma participação de 38% da Receita dos 5 hotéis.

RECEITA 2018			
	Total R\$ Mil	% NACIONAL	% EXTERIOR
PERIODO	2018	2018	2018
JANEIRO A DEZEMBRO	91.492.260	62%	38%

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.7 - Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor

Regulação dos países em que a Companhia obtém receitas relevantes:

A legislação brasileira é aplicada na conclusão das transações relacionadas às operações da Companhia.

7.8 - Políticas socioambientais

Não há relações de longo prazo relevantes, que não figurem em outra parte deste formulário.

A Empresa estará colhendo e estruturando informações, objetivando divulgar no futuro um relatório de sustentabilidade, para atender essa demanda.

Seguindo a proposta de adoção do modelo “relate ou explique” para relatórios de sustentabilidade da BM&FBovespa, Hotéis Othon S.A. informa que ainda não publicou relatório de sustentabilidade ou similar. Entretanto, a Companhia esclarece que adota diversas práticas internas a respeito de sustentabilidade, através de iniciativas que têm como objetivo mitigar o impacto de suas operações no meio ambiente e na sociedade. Como exemplo, atualmente a Empresa patrocina e incentiva diversos programas de incentivo cultural, social e ambiental, conforme sucintamente descrito abaixo:

Ações de relacionamento e engajamento:

A consciência sobre sustentabilidade começa dentro de Hotéis Othon, com seus funcionários, seus clientes, para depois atingir a comunidade. A empresa considera a responsabilidade individual como primeira etapa no processo de Desenvolvimento Sustentável.

O futuro sustentável será construído pela soma dos esforços individuais e do exercício da cidadania. Exatamente por isso, Hotéis Othon S.A encoraja seus funcionários a fazer a sua parte por meio da conscientização. Trata-se de um ambiente que reforça o Trabalho em Equipe, o aprendizado contínuo e a importância da diversidade e da inclusão.

Entre as principais ações de promoção da sustentabilidade está a conscientização e sensibilização sob a temática da Preservação Ambiental. Nos painéis de diálogos e nos eventos desenvolvidos para o público interno focamos o autodesenvolvimento e a ampliação de consciência.

✓ Desenvolvimento da Responsabilidade Individual

Nos banheiros e vestiários, utilizados pelos funcionários de Hotéis Othon, placas de conscientização relembram e reforçam atitudes positivas, que auxiliam na redução do desperdício da água.

Nos Refeitórios existem espaços específicos, onde os colaboradores devem depositar os resíduos, e os itens que podem ser reciclados.

Hotéis Othon reconhecendo os ganhos ambientais, econômicos e os benefícios sociais da reciclagem, realiza a coleta seletiva. Após a separação dos itens uma empresa especializada recolhe os materiais.

Um indicador do compromisso de Hotéis Othon com seus funcionários é a Pesquisa de Clima Anual. Acreditamos que um funcionário comprometido, supera expectativas, trabalha na busca por respostas eficientes, percebe e conduz processos em elevados níveis de satisfação do cliente.

✓ Construindo o sentimento da Responsabilidade Coletiva

Alinhado à estratégia de cada vez mais envolver nossos funcionários na construção do futuro desejado, Hotéis Othon participa há seis anos do Dia Mundial de Limpeza das Praias (*Clean Up the World*), através de parceria com o Instituto *Aqualung*.

7.8 - Políticas socioambientais

Nesta ação, o envolvimento dos familiares é sempre um momento onde o exemplo de atitudes conscientes pode ser passado de *pais para filhos*, transformando, e tornando-os indivíduos melhores, não apenas para Hotéis Othon, mas para a comunidade e para a sociedade como um todo.

✓ **Conscientização dos nossos Clientes**

O Programa Othon Verde promove o envolvimento e a conscientização dos Hóspedes, que ficam em nossos Hotéis por várias noites, para a troca da roupa de cama e banho a cada três dias.

A realização deste programa permite a Hotéis Othon reduzir o consumo de água e energia, e minimiza o lançamento de detergentes no meio ambiente.

Nossos principais agentes multiplicadores são os funcionários, que sabem e reconhecem a importância da utilização consciente destes recursos.

✓ **Responsabilidade Social**

Uma empresa socialmente responsável é aquela que gerencia seus programas e projetos sociais tendo em mente suas estratégias de negócio.

Ouvir o cliente diariamente faz parte de uma avaliação contínua do negócio, e proporciona participação e incentivo ao Projeto Social.

A cada avaliação preenchida pelo Hóspede, ao realizar o *check-out*, Hotéis Othon doa R\$ 1,00 para o Projeto Uerê, uma escola modelo, com um ensino alternativo, que utiliza uma pedagogia própria de ensino destinada a crianças carentes e jovens com bloqueios cognitivos e emocionais.

7.9 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

8.1 - Negócios extraordinários

8.1 Negócios Extraordinários

Nos 3 últimos exercícios sociais não ocorreram qualquer negócio considerado extraordinário na condução dos negócios da Empresa.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não ocorreram alterações significativas na forma de condução nos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

8.3 Contratos relevantes celebrados pelo Emissor Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Nos 3 últimos exercícios sociais não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não existem outras informações relevantes sobre esse item de negócios extraordinários.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Não existem outros bens do ativo não-circulante relevantes que não estejam nos itens solicitados.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Prédios com Edificação	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Prédio com Edificação	Brasil	BA	Salvador	Própria
Predio com Edificação	Brasil	MG	Belo Horizonte	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Relacionadas ao setor hoteleiro	10 anos - Prorrogados	Administrativamente, os pedidos de registro de marca que estão sob a análise do INPI podem ser indeferidos (por decisão desta Autarquia com ou sem oposição de terceiros), ou por uma série de hipóteses contidas nos incisos do artigo 124 da Lei da Propriedade Industrial. Pela legislação brasileira, enquanto pedido de registro, tem-se apenas uma expectativa de direito sobre a marca, e não um direito de propriedade devidamente adquirido (hipótese que só se configura com a concessão). A decisão de indeferimento de um pedido de registro é recorrível. Além disso, na legislação brasileira também existe a possibilidade de terceiros tentarem anular o registro concedido, por meio de um procedimento administrativo de nulidade. Após os primeiros 5 (cinco) anos de vigência de um registro, o mesmo fica vulnerável, e assim, também existe a possibilidade de terceiros pleitearem a sua caducidade (total ou parcial), situação na qual seu titular deverá, obrigatoriamente, comprovar o seu uso no período.	(i) impossibilidade de uso da mesma no mercado e na (ii) impossibilidade de impedir que terceiros possam vir a utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar serviços ou produtos idênticos/afins.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
HBBH - EMPRESA BRASILEIRA DE NOVOS HOTEIS LTDA	08.018.417/0001-93	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Atividades de Consultoria	99,680000
				Valor mercado	31/12/2018	116.446.504,19		
31/12/2018	-13,229790	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2017	134.202.021,62		
31/12/2017	-2,363194	0,000000	0,00					
31/12/2016	-1,804435	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Segregação e desenvolvimento das Atividades do Grupo								
OTHON EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS S/A	29.979.440/0001-14	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA E COMPRA E VENDA DE IMOVEIS	77,720000
				Valor mercado				
31/12/2018	-46,543600	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	-62.146.493,93		
31/12/2017	-2,190733	0,000000	0,00					
31/12/2016	-22,260334	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Segregação e desenvolvimento das atividades do grupo								
PLANTRAVEL PLANEJAMENTO VIAGENS E TURISMO LTDA	04.342.707/0001-37	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Serviços de Turismo e agencia de viagens	98,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	1,966520	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	1.612.976,68		
31/12/2017	13,345652	0,000000	0,00					
31/12/2016	11,356206	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Segregação e Desenvolvimento da atividades do grupo								

9.2 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes para bens do ativo não-circulante relevantes em 31 de dezembro de 2018.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1 Condições Financeiras e patrimoniais gerais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

O mercado hoteleiro vem demandando cada vez mais uma maior eficiência operacional, sem alterar a alta qualidade dos serviços prestados. O mercado continua em forte concorrência, com a inauguração de diversas novas unidades hoteleiras que foram construídas para suprir a demanda dos eventos esportivos da Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas no Rio de Janeiro, em 2016. Outras formas de concorrência também foram estabelecidas tais como hostels, aluguel de apto (via sites como airbnb, aluguel temporada, etc.). Por outro lado, este mercado está apresentando uma série de oportunidades que podem ser muito bem aproveitadas, desde que a Empresa esteja preparada para enfrentar este novo cenário. Diante destes novos desafios, o Grupo Hoteleiro vem se adequando a diversas exigências nos hóspedes e para que possa melhorar o desempenho operacional do Grupo, trabalhando bastante focado na capacidade de geração de caixa e conseqüentemente atingir bons índices de liquidez e operacionais.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. hipóteses de resgate; ii. fórmula de cálculo do valor de resgate.

Ao final do ano de 2016, por sua vez, a Empresa apresentava um passivo a descoberto de R\$89,4 milhões, composto por uma dívida bruta de curto e longo prazo de R\$247,2 milhões, sendo R\$11,7 milhões de empréstimos bancários e R\$235,5 milhões de dívidas de curto e longo prazo, basicamente com o REFIS.

Ao final do Exercício de 2016, o Patrimônio Líquido da Rede de Hotéis foi novamente prejudicado por um prejuízo de R\$4,2 milhões, fruto da crise econômica no país. Apesar de o lucro operacional ter apresentado crescimento de 18,8%, fruto de todos os esforços para se trabalhar com o menor custo possível e restringir ao máximo a aprovação de despesas administrativas. Mesmo com as taxas de ocupação em queda, com redução do fluxo dos hóspedes e diária média tendo subido 10,4%, o resultado operacional foi positivo, mas não suficiente para arcar com as demais despesas não operacionais do grupo. Adicionalmente o prejuízo se deu devido a um maior resultado financeiro negativo (prejuízo de R\$30,2 milhões), apesar de um menor volume da rubrica de Outras Despesas Operacionais, composta basicamente por ajustes de provisão para perdas de créditos, que atingiu R\$6,7 milhões. O prejuízo foi amenizado pela receita, pontual, de R\$16,0 milhões, contabilizadas na rubrica de Outras Receitas Operacionais, proveniente de ganhos com IPTU pagos a maior.

Por sua vez, no fim do ano de 2017 o passivo a descoberto da Companhia somava R\$131,8 milhões, e a dívida bruta de curto e longo prazo correspondia a R\$184,1 milhões, sendo R\$7,7 milhões de empréstimos e financiamentos e R\$176,4 milhões de dívidas preponderantemente de longo prazo, basicamente compostas de Passivos Fiscais, tais como o REFIS.

Em 2017, a Rede de Hotéis Othon apresentava um Patrimônio Líquido negativo de R\$131,8 milhões. Este resultado foi reflexo do prejuízo de R\$40,1 milhões, fruto da redução do lucro operacional caixa de 132%, que chegou a um prejuízo de R\$7,1 milhões, proveniente de maiores taxas de ocupação, em detrimento da redução da diária média em patamar superior a 20%, em contrapartida ao aumento do fluxo de hóspedes de 6,9%. Por outro lado, este resultado negativo foi mitigado pela redução do

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

resultado financeiro negativo que somou um prejuízo de R\$26 milhões, assim como pela depreciação de R\$11,7 milhões e por maiores despesas operacionais provenientes de provisão para perdas de créditos e investimentos de R\$5,9 milhões.

Por sua vez, no fim do ano de 2018 o passivo a descoberto da Companhia soma R\$245,7 milhões, e a dívida bruta de curto e longo prazo correspondia a R\$39,9 milhões, sendo R\$4,91 milhões de empréstimos e financiamentos e R\$34,9 milhões de dívidas preponderantemente de longo prazo, basicamente compostas de Passivos Fiscais, tais como o REFIS.

Este resultado foi reflexo do prejuízo de R\$94,5 milhões, fruto da redução do lucro operacional caixa de 418,3%, que chegou a um prejuízo de R\$36,8 milhões, proveniente de maiores taxas de ocupação, em detrimento da redução da diária média. Por outro lado, este resultado negativo foi mitigado pela redução do resultado financeiro negativo que somou um prejuízo de R\$49,5 milhões, assim como pela depreciação de R\$11,7 milhões e por maiores despesas operacionais provenientes de provisão para perdas de créditos e investimentos de R\$8,6 milhões.

Em 2018 a empresa decidiu vender a unidade Aeroporto, e o fechamento das unidades, Belo Horizonte e Bahia em função de não apresentarem retorno satisfatório. Contribuiu também para um resultado negativo o custo da indenizações.

Em 27 de novembro de 2018, a Companhia, juntamente com suas controladas Othon Empreendimentos Hoteleiros S.A. (“Othon E.”) e HBBH – Empresa Brasileira de Novos Hotéis Ltda. (“HBBH”), estas últimas “controladas em recuperação judicial” e com a Companhia “Recuperandas”, em vista da situação financeira desfavorável em que se encontravam, ajuizou, pedido recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei no 11.101/05, perante o Juízo da 5ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (doravante “Juízo da Recuperação Judicial”) nos autos do processo nº 0280230-13.2018.8.19.0001. E em 08 de fevereiro de 2019, em cumprimento ao disposto no art. 53 da Lei de Recuperação Judicial, a Companhia, em conjunto com as controladas em recuperação judicial, apresentou ao Juízo da Recuperação Judicial o Plano de Recuperação Judicial (“Plano”), contendo a proposta dos meios de recuperação a serem empregados.

O Plano será submetido à aprovação dos credores, em Assembleia Geral de Credores, a ser convocada nos termos da referida Lei. Ressalte-se que as condições finais de pagamento dos credores poderão ser modificadas até aprovação final do Plano em Assembleia Geral de Credores convocada com esse fim específico.

i. Hipótese de resgate

Não se aplica

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia tem promovido a recuperação da capacidade de geração de caixa, mediante ações que passam pela adequação de seus produtos, em relação à nova demanda do mercado hoteleiro e a utilização de recursos tecnológicos e de gestão administrativas que visam à redução de custos. Além de reavaliar e redimensionar a sua estrutura administrativa de BackOffice de forma a maximizar a eficiência da operação.

No ano de 2016, beneficiada pelas Olimpíadas e um forte e eficiente controle de custos e despesas, a Companhia conseguiu atingir um Ebitda Recorrente de R\$40,2 milhões e margem de 28,0%, apesar da crise que afetou o fluxo de hóspedes Corporativos e famílias em viagem de laser.

Em 2017, em virtude da grande crise financeira, a receita líquida do grupo caiu 18,3%. A boa atuação da área Comercial mitigou os efeitos da crise ao conseguir aumentar a taxa de ocupação (+0,8 pontos) e alcançar um maior número de hóspedes (+6,9%). Por outro lado o aumento da concorrência com a inauguração de diversos novos hotéis, que acarretaram uma grande “guerra” de preços, repercutindo em uma redução da diária média de 23,5%. Com isto, o Ebitda Recorrente Ajustado de 2017 alcançou R\$1,1 milhão, com margem de 1%

Em 2018, o Grupo teve um Ebitda Recorrente negativo de R\$25,3 milhões e margem negativa de 21,8%. A redução do Ebitda deve-se primordialmente o aumento das taxas de ocupação, diárias médias em queda, devido à instabilidade econômica no país, com aumento acentuada, sobretudo de hóspedes, não repetido em 2017. A receita líquida apresentou queda de 1,4%.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Nossa principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes é a própria geração operacional de caixa e captação de recursos com Instituições Financeiras. As taxas são as praticadas no mercado tais como: CDI + % fixo.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia, quando necessário, recorre às instituições financeiras.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

A nossa posição de endividamento bancário é proveniente de operações de Capital de Giro e estava assim representada:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**10.1.i Condições financeiras e patrimoniais gerais**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Capital de giro pré - Var. 0,78% a 1,47% a.m.	4.915	7.688	11.705
	<u>4.915</u>	<u>7.688</u>	<u>11.705</u>
Passivo circulante	4.915	7.485	10.389
Passivo não circulante		203	1.316
	<u>4.915</u>	<u>7.688</u>	<u>11.705</u>

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

Não existem outras relações de longo prazo além das já mencionadas.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas:

Não se aplica.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas à distribuição de dividendos, à alienação de ativos à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário:

Não se aplica.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 – Resultado Operacional e Financeiro: comentários dos diretores a respeito dos 3 últimos exercícios sociais sobre:

As demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 foram preparadas e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

a) resultados das operações do emissor, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossos diretores e contadores informam que a receita bruta da Companhia é formada pela receita proveniente de diárias de hospedagem (com café); receitas com venda em nossas unidades de Alimentos e Bebidas (A&B); Taxa de Administração proveniente de hotéis administrados por nossa Empresa; Recuperação de ISS e Outras Receitas advindas de aluguéis de espaços para eventos/reuniões, aluguéis de lojas próprias dentro das dependências de nossas unidades, receitas com frigobar, telefone, lavanderias, garagem, etc.

A rede Othon optou, desde 2004 pela entrada agressiva no segmento de vendas online, guiada pela tendência de compra de pacotes de hospedagem e reservas via internet, além da identificada oportunidade competitiva em relação a seus concorrentes diretos.

No mercado nacional, nos anos de 2017 a 2018 aparece com forte movimentação no segmento de venda online, propiciada pela facilitação e credibilidade das empresas online.

Cientes como Booking.com, Expedia.com, Decolar.com, têm triplicado o volume de vendas a cada ano, consolidando as OTA's (Online Travel Agencies) na distribuição e comercialização da hotelaria.

A Rede Othon, no ano de 2019, segue com a estratégia comercial de consolidação no segmento de vendas online, guiada pela atual tendência de compra de pacotes de hospedagem e reservas via internet, extranet e GDS – Global Distribution System – ou seja, Sabre, Galileu e Amadeus.

O website da Rede Othon (www.othon.com.br) resultou em um aumento das vendas diretas. Através da implementação do conceito de navegação mobile first.

A fim de consolidar seu posicionamento a Rede de Hotéis Othon vem constantemente investindo em modernidade e tecnologia, para oferecer no website e website mobile a melhor experiência para o usuário. O objetivo da ação é captação em volume de vendas através do ambiente web de forma simples e rápida, propiciando ao cliente uma ferramenta de fácil comunicação com a nossa rede de Hotéis.

Também foram reforçadas as ações em mídias online, dentre eles links patrocinados, SEO e promoções exclusivas para o universo online que incluem os sites e as redes sociais, onde a Rede Othon também consolidou sua presença nesse mercado de aproximadamente 1.8 bilhões de pessoas dispostas a comprar via web, segundo pesquisas. Ilustrando esta informação hoje já contamos com mais de 24.300 seguidores no Instagram ([hoteisothon](https://www.instagram.com/hoteisothon) e [rioothonpalace](https://www.instagram.com/rioothonpalace)) e mais de 136.200 no Facebook (www.facebook.com/hoteisothon e www.facebook.com/rioothon).

Em 2019, a rede de Hotéis Othon segue sua política agressiva com a consolidação das melhores práticas de Revenue Management permitindo maximizar as receitas vis a vis a sazonalidade / distribuição dos segmentos de mercado.

Parcerias com empresas mundiais como WorldHotels garantem as ferramentas de distribuição nos canais eletrônicos e marketing nos cinco continentes além dos acordos de PREFERRED PARTNERS com os principais players do mercado de business/corporativo/congressos e eventos.

O Othon Special Guest – Programa de fidelidade da rede, feito em parceria com a empresa Voilà (www.othonspecialguest.com.br), ajudará a reforçar a marca no segmento online. A Companhia ultrapassou a marca de 56.000 associados.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2016, a Companhia alcançou uma diária média de R\$397,37, 10,4% acima da diária média de 2015 (R\$359,96). O evento esportivo das Olimpíadas foi fato preponderante para este resultado. Por outro lado, a Receita caiu 0,7%, em decorrência de menores taxas de ocupação, e, sobretudo, em decorrência da forte crise econômica que reduziu o fluxo de hóspedes Corporativos e a Laser.

Cumprir destacar ainda que o mercado do Rio de Janeiro é muito representativo no mix da Empresa e que neste mercado, devido aos grandes eventos, a oferta de Hotelaria praticamente dobrou o que acirrou por demais a concorrência por preços.

Em 2016, por outro lado, Hotéis Othon S.A registrou um Ebitda Recorrente de R\$40,2 milhões, e margem de 28,0%. O crescimento dos resultados operacionais, consequência da redução proporcional de custos e despesas, para uma receita líquida em baixa de 0,7%, em virtude da redução das taxas de ocupação em contrapartida ao crescimento da diária média de 10,4%, beneficiada, sim com um forte aumento das diárias no período do evento esportivo das Olimpíadas. O Ebitda foi igualmente beneficiado em 2016 pela receita de R\$16,0 milhões de ganhos com IPTU pagos a maior.

Por sua vez, em 2017, com toda a crise econômica, o Grupo conseguiu crescer em taxa de ocupação (+0,8 pontos) e acusar um aumento de hóspedes de 6,9%, em contrapartida a uma queda da diária média de 23,5%, que afetaram fortemente os resultados operacionais da Empresa.

Hotéis Othon S.A apresentou no ano de 2017 um Ebitda Recorrente de R\$1,1 milhão, abaixo do Ebitda de 2016 de R\$40,2 milhões. Este resultado foi impactado pelo atual cenário de dificuldades econômicas que acarretaram decréscimo dos resultados operacionais, mesmo com relativa manutenção dos custos e despesas, com aumento da taxa de ocupação, mas com forte queda da receita líquida de 18,3%, fruto da redução da diária média de 23,5%.

Em 2018, a Rede OTHON, inaugurou mais duas unidades hoteleiras administradas em Pernambuco e Rio Grande do Norte.

A empresa vem mantendo um rigoroso processo de controle de custos e negociação com nossos fornecedores, conseguiu controlar e renegociar seus contratos, mesmo com acréscimos salariais dos acordos coletivos e acentuados aumentos das tarifas de serviços públicos, e com redução de estrutural de funcionários, com um crescimento da concorrência, com a abertura de novas unidades de hotéis administrados de grupos concorrentes.

Apesar do forte controle de custo, com busca de eficiência em termos de custos e despesas, a Rede de Hotéis Othon atingiu em 2018 um Ebitda Recorrente negativo de R\$25,3 milhões, equivalente a uma redução de 25% em valores absolutos.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado de nossas operações é afetado pela flutuação da renda real dos brasileiros, nível de atividade econômica e desenvolvimento macroeconômico, taxas de emprego, assim como flutuações na paridade entre moeda estrangeira e Real. Estes fatores, juntos ou em separado, podem afetar positivamente ou negativamente o fluxo de viagens de brasileiros ou estrangeiros ao país e aumento ou redução de eventos corporativos nas cidades onde possuímos unidades hoteleiras, com redução de hóspedes Corporativos, principalmente, no Rio de Janeiro, onde ocorreram as Olimpíadas em 2016.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Conforme amplamente divulgado, o Brasil e Rio de Janeiro estão cada vez mais na mídia. A realização dos eventos mencionados acima poderá gerar aumento do potencial de turismo interno e externo, que vêm aumentando ano contra ano, acima da média internacional, podendo repercutir até mesmo no aumento do valor da diária média, que se manteve estagnado por alguns anos no passado, quando comparado com as praticadas nos mercados internacionais.

Em 2016, por sua vez, Hotéis Othon registrou um Ebitda de R\$40,2 milhões. Este panorama foi bastante influenciado pelo crescimento do lucro operacional caixa que somou R\$22,6 milhões, representando um crescimento de 18,8% (R\$19,0 milhões em 2015). Este resultado favorável deve-se ao forte controle de custos e despesas e pelo efeito positivo do evento das Olimpíadas em 2016. O Ebitda de 2016 foi também influenciado pela receita operacional pontual, de ganhos com processos de IPTU pagos a maior, que gerou um aumento do Ebitda de R\$16,0 milhões.

O Patrimônio Líquido, por sua vez, foi prejudicado pelo prejuízo de R\$4,2 milhões no ano, reflexo direto do resultado financeiro negativo de R\$30,2 milhões, assim como despesas da rubrica de Outras Despesas Operacionais, com provisões para perdas de créditos e contingências que totalizaram R\$6,7 milhões.

Por consequência, ao final do ano de 2016, Hotéis Othon S.A. apresentava um passivo a descoberto de R\$89,4 milhões, com a dívida bruta, de curto e longo prazo, de R\$247,2 milhões. Esta condição deve-se, ainda, principalmente, às obrigações tributárias e previdenciárias de curto e longo prazo, principalmente do REFIS, no valor de R\$235,5 milhões.

Hotéis Othon, em 2017, alcançou um Ebitda de R\$1,1 milhão. Este resultado foi reflexo da crise econômica, apesar do forte esforço da Empresa em melhorar as taxas de ocupação, que cresceram 0,8 pontos percentuais, em detrimento da redução da diária média. Com isto, o lucro operacional caixa atingiu prejuízo de R\$7,1 milhões, bem abaixo do lucro operacional de R\$22,6 milhões em de 2016, ano este que foi bastante beneficiado pelas Olimpíadas.

O prejuízo atingiu R\$40,1 milhões em 2017 acima do prejuízo de R\$4,2 milhões de 2016, fruto da redução dos resultados operacionais, apesar da redução do resultado financeiro negativo (R\$25,6 milhões em 2017 x R\$30,2 milhões em 2016), adicionada ao montante da rubrica de Outras Despesas Operacionais, que somou R\$5,9 milhões.

Hotéis Othon, em 2018, alcançou um Ebitda negaivo de R\$25,3 milhão. Este resultado foi reflexo da crise econômica, apesar do forte esforço da Empresa em melhorar as taxas de ocupação, que cresceram 3,96 pontos percentuais, em detrimento da redução da diária média. Com isto, o resultado operacional atingiu prejuízo de R\$94,5 milhões.

O prejuízo atingiu R\$40,1 milhões em 2017 acima do prejuízo de R\$4,2 milhões de 2016, fruto da redução dos resultados operacionais, apesar da redução do resultado financeiro negativo (R\$49,5 milhões em 2018 x R\$25,6 milhões em 2017), adicionada ao montante da rubrica de Outras Despesas Operacionais, que somou R\$8,9 milhões

.b) Variações de receitas atribuíveis à modificação de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Os preços de nossas diárias são estabelecidos em função da inflação, flutuação do câmbio e oscilação da demanda regional e nível de competitividade onde nossas unidades se localizam. Um aumento de demanda pode gerar um aumento real de nossas diárias médias e afetar positivamente nossas receitas brutas.

Nossas receitas poderão ser afetadas com alterações de volumes, seja em função do aumento de demanda, seja por acréscimo no número de unidades de nossas redes, composta por unidades próprias e administradas.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Unidades reformadas ou modernizadas, que venham a oferecer maior nível de conforto e facilidades (tais como inauguração ou ampliação de espaços para eventos corporativos, TV HD, academias de ginástica modernas, etc.), ou vários outros “produtos e serviços” poderão afetar nossas receitas brutas de forma considerável.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:

A operação hoteleira sofre impacto por ocasião de alterações na taxa de câmbio, que tornam, principalmente, os preços das diárias e outros serviços oferecidos por nossa rede de hotéis no país mais ou menos atrativos para nossos hóspedes estrangeiros.

Nossos custos e despesas administrativas são inicialmente sensíveis à inflação, uma vez que grande parte destes custos é reajustada, em consonância com índices de inflação amplamente divulgados no país. No entanto, dado nossa escala, nossas negociações, com nossos fornecedores nos permite reduzir ao máximo o efeito deste impacto. No que tange o custo e despesa de pessoal, estes são corrigidos com base em índices de acordos coletivos negociados entre sindicatos de empregados e empregadores.

No entanto, a Rede Othon busca que o efeito destas variações inflacionárias seja mitigado, com a adequação da diária média e preços de vendas de alimentos e bebidas em nossas unidades, que geram também alterações no nível de taxas de administração proveniente de nossas unidades administradas.

Portanto, as flutuações em nossos resultados operacionais não são tão impactadas pela inflação e variação de preços dos principais insumos e produtos adquiridos de nossos fornecedores.

A Companhia estima que a pressão de demanda tenha estimulado a aceleração das diárias (ainda que câmbio e inflação continuem limitando o potencial de ganhos reais), resultando em incremento real de RevPar e aumento da margem de lucro para nossos hotéis.

A oscilação das taxas de juros pode afetar positivamente ou negativamente o nosso resultado financeiro, pois geram oscilações nas despesas financeiras com nossos compromissos de empréstimos bancários, indexados ao CDI, assim como atualização de nossos passivos tributários.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3 - Comentários dos diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados

a) Introdução ou alienação de segmento operacional:

Não aplicável. A Companhia não alienou ou introduziu qualquer segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Não aplicável. Não foram efetuadas constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

b) Eventos ou operações não usuais:

Não aplicável. Não ocorreram qualquer evento ou operação não usual.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Dentro do processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), diversos pronunciamentos, interpretações e orientações foram emitidos durante o ano de 2009 com aplicação mandatória para os exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e para as demonstrações contábeis de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação.

As alterações destas Normas não impactaram as Demonstrações Financeiras da Companhia.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 – Políticas contábeis críticas

As principais práticas Financeiras adotadas pela companhia estão descritas a seguir:

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

d) Base de consolidação

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas; os resultados das transações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos ativos e passivos são eliminados no processo de consolidação.

As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

As operações entre as empresas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados. As práticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as práticas contábeis adotadas pela Companhia.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e suas controladas a seguir relacionadas:

10.5 - Políticas contábeis críticas

	<u>% de participação</u>
	<u>2018</u>
Othon Empreendimentos Hoteleiros S.A.	77,72
HBBH Novos Hotéis Ltda.	99,68
Plantravel - Planej., Viagens e Turismo Ltda	98,00

Os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos e receitas e despesas entre as empresas consolidadas;
- eliminação da participação da controladora no patrimônio líquido das controladas; e
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício.

e) Instrumentos Financeiros

Durante os exercícios de 2018 e 2017, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos financeiros derivativos.

- **Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- **Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e

10.5 - Políticas contábeis críticas

tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem, principalmente, os seguintes passivos financeiros não derivativos: partes relacionadas, empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar.

Os passivos financeiros de empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

- **Passivos financeiros derivativos**

Durante este exercício de 2018, a Companhia celebrou um instrumento financeiro derivativo (*swap*), com o fim de proteção (*hedge*), de forma a anular exposição à variação cambial do dólar americano em contrato de empréstimo. Em 2017, a Companhia não contratou instrumentos financeiros derivativos.

O reconhecimento de tal tipo de instrumento derivativo é feito inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis, e mensalmente o resultado líquido gerado por esta operação, é reconhecido segundo o regime de competência.

f) Contas a Receber

O Contas a receber corresponde materialmente a valores a receber de clientes pela prestação de serviços de hospedagem no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento fosse superior a um ano as contas a receber seriam classificadas no ativo não circulante. No entanto as contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo.

O Contas a receber de clientes, inicialmente, é reconhecido pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa quando aplicável.

g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. A companhia adota como adequado constituir provisão para títulos com atraso superior a 180 dias e seu montante é considerado suficiente para cobrir eventuais prejuízos na realização de créditos.

h) Ajuste a valor presente

A Companhia avaliou os ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes sujeitos à avaliação a valor presente e não identificou efeitos materiais a serem registrados nas demonstrações financeiras decorrentes de ajustes a valor presente de ativos e passivos monetários.

i) Estoques

Valorizados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de mercado.

j) Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras da controladora, as participações em sociedades controladas e coligadas foram ajustadas pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados ao custo, ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

k) Imobilizado

10.5 - Políticas contábeis críticas

Demonstrado ao custo histórico, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para ajuste ao valor provável de realização (*impairment*), quando aplicável.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao bem e que o custo possa ser mensurado com segurança. Gastos com reparos e manutenções são registrados no resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação de bens é calculada pelo método linear a partir da entrada em operação dos bens, às taxas mencionadas na Nota 9 que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do período em que o ativo for baixado. Os valores de alienação com o valor contábil são incluídos no resultado do exercício nas rubricas "Outras despesas e/ou receitas operacionais", no momento da alienação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

l) Demais ativos (circulante e não circulante)

São apresentados pelo valor líquido de realização.

m) Empréstimos, financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida durante o período em que os empréstimos estão em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros, como parcela complementar do custo do empreendimento (ativo qualificável em construção), ou na demonstração do resultado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após as datas dos balanços.

n) Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

Com o deferimento do processamento da recuperação judicial, todas as obrigações assumidas e não pagas antes da data do pedido englobam o passivo concursal, cujo pagamento será feito na forma e condições constantes do Plano que vier a ser aprovado pela Assembleia Geral de Credores e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial. Desta forma, o passivo circulante e não circulante estão sendo apresentados conforme seus vencimentos na data do pedido de recuperação.

o) Contribuição social e imposto de renda diferidos

As provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos, registradas no passivo não circulante, foram constituídas tendo como base o valor correspondente ao saldo da reserva de reavaliação e ao custo atribuído ("deemedcost"), considerando o CPC 32.

p) Passivos contingentes

10.5 - Políticas contábeis críticas

Constituída com base na expectativa de perda estimada pela Administração, respaldada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais (prováveis) com ações em curso em consonância ao CPC 25.

q) Ajuste a valor presente

Conforme avaliado pela Companhia, não houve a necessidade de ajustar a valor presente os ativos e passivos de curto e longo prazos, em atendimento ao previsto no CPC 12.

r) Informação por segmento

A Companhia e suas controladas não elaboraram suas demonstrações por segmento conforme orientação do CPC 22, devido sua operação não possuir segmentos distintos, significativos, mas ser representada, substancialmente pela atividade hoteleira.

s) Operações descontinuadas

Nas demonstrações dos resultados da controladora e consolidada do período corrente e do período anterior, as receitas e despesas de operações descontinuadas são divulgadas em separado das demais receitas e despesas, depois da rubrica lucros após impostos. O lucro ou prejuízo resultante (após impostos) é divulgado separadamente na demonstração do resultado.

t) Demonstração do valor adicionado

A Companhia incluiu na divulgação das suas Demonstrações Financeiras a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**10.6– Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:

A Companhia não detém itens que não sejam registrados no balanço patrimonial.

b) Natureza e o propósito da operação:

A Companhia não detém itens que não sejam registrados no balanço patrimonial.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

A Companhia não detém itens que não sejam registrados no balanço patrimonial.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**10.7- Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:

A Companhia não detêm itens que não sejam registrados no balanço patrimonial.

b) Natureza e o propósito da operação:

A Companhia não detêm itens que não sejam registrados no balanço patrimonial.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

A Companhia não detêm itens que não sejam registrados no balanço patrimonial.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Planos de Negócios

Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;**
- ii. fontes de financiamento dos investimentos;**
- iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.**

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor;

c) novos produtos e serviços:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;**
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;**
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados;**
- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**

Desde 2008 a Companhia vem investindo consistentemente na melhoria de seus produtos hoteleiros, na reforma dos quartos, caso do Rio Othon Palace Hotel, áreas sociais e de restauração, e troca de equipamentos como elevadores sociais e de serviços, cofres e fechaduras eletrônicas.

Paralelamente se investiu em tecnologia, através da modernização de sua estrutura de TI, com substituição de equipamentos e aquisição de novos softwares que permitiram modernizar a operação e aumentar a produtividade.

Finalmente, foi dada uma ênfase especial a formação de sua mão de obra, com a implantação de programas de qualidade e treinamento “on the job”.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 – Outros fatores que influencia relevante

Não existem outros fatores relevantes que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não foram mencionados nos itens anteriores desta seção.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1 Projeções

As projeções devem identificar:

- a. Objeto da projeção
- b. Período projetado e o prazo de validade da projeção
- c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia
- d. Valores dos indicadores que são objeto da previsão referentes aos 3 últimos exercícios

Não houve divulgação de projeções e estimativas pela Companhia ao longo do ano de 2018, nem nos três últimos anos.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11.2 Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

- a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário;
- b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções;
- c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.

Não aplicável. A empresa não divulgou projeções ou estimativas nos últimos 3 anos.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1- Descrição da estrutura administrativa

a. Atribuições de cada órgão e comitê

Conselho de Administração – é composto de 3 (três) a 10 (dez) conselheiros, acionistas ou não, eleitos pela Assembléia Geral. A posse de conselheiro residente ou domiciliado no exterior fica condicionada à constituição de representante residente no país, com poderes para receber citação em ações contra ele propostas com base na legislação societária, mediante procuração com prazo de validade que deverá estender-se por, no mínimo, três anos após o término do prazo de gestão do conselheiro. O Conselho de Administração elege, dentre seus membros, o Presidente. O Presidente do Conselho de Administração, nos seus impedimentos ocasionais ou faltas, é substituído pelo Conselheiro que indicar; Vagando cargo de Presidente do Conselho de Administração, este deve reunir-se extraordinariamente para eleger o novo Presidente; Terão direito de eleger e destituir um membro e seu suplente do Conselho de Administração, em votação em separado na assembleia geral, excluído o acionista controlador, a maioria dos titulares, respectivamente: **a)** de ações, com direito a voto, que representem, pelo menos, 15% (quinze por cento) do total das ações com direito a voto; e **b)** de ações preferenciais que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social. Vagando cargo de membro do Conselho de Administração, cabe a este decidir sobre a nomeação ou não de novo membro pelos demais Conselheiros, com mandato até o término do substituído. Cada Conselheiro pode indicar por escrito, dentre seus pares, aquele que o substitua nos impedimentos ocasionais ou faltas. O substituto acumula o cargo do substituído, inclusive o direito de voto nas reuniões do Conselho.

Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições previstas em lei:

I – Aprovar: **a)** o orçamento anual da Companhia; **b)** a distribuição de dividendos intercalares ou intermediários (artigo 37, parágrafo único); **c)** o Regimento Interno da Companhia; **d)** a escolha dos administradores de sociedades controladas ou coligadas a serem eleitos com os votos da Companhia;

II - autorizar a Diretoria a: **a)** instalar ou encerrar filiais, sucursais ou escritórios; **b)** conceder garantias reais sobre imóveis ou fidejussórias; **c)** alienar ou onerar bens imóveis ou participações societárias; **d)** alienar ou onerar bens móveis do ativo permanente, quando o valor da operação for superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais); **e)** adquirir bens para integrar o ativo permanente, quando o valor da operação for superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais); **f)** celebrar contratos de valor acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ou de prazo superior a 2 (dois) anos; **g)** praticar atos que importem em transigência, desistência ou renúncia de direitos; **h)** nomear procuradores em nome da Companhia, aprovando os termos dos respectivos mandatos;

III – Estabelecer limites de alçada para procuradores por deliberação em Reunião de Conselho de Administração, mediante a fixação de níveis de alçada que farão parte integrante da Ata daquela reunião, na forma de anexo. **IV** – **Indicar:** **a)** diretor ou procurador para representar a Companhia na hipótese prevista no art. 33 deste estatuto; **b)** o diretor que exerce a função de relações com os investidores. Parágrafo primeiro – As autorizações a que alude o item II supra, podem ser dadas genericamente ou em cada caso.

Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

a) convocar as reuniões do Conselho, presidir-las quando presente e proferir voto de desempate;

b) convocar a assembleia geral (art. 13);

c) prover no sentido de que, na administração da Companhia, sejam cumpridas as leis, o Estatuto e as deliberações do Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Diretoria – é constituída de 2 (dois) membros a no máximo 5 (cinco) membros , eleitos pelo Conselho de Administração. Até 1/3 dos membros do Conselho de Administração podem ser diretores.

Nos casos de impedimentos ocasionais ou faltas cada Diretor será substituído por aquele que a maioria dos Diretores designar.

Compete à Diretoria realizar a administração ordinária dos negócios sociais, adotando as medidas e providências necessárias ao eficiente e regular funcionamento da Companhia, na estrita conformidade do disposto neste Estatuto.

Conselho Fiscal - O Conselho Fiscal, cujo funcionamento não é permanente, deve ter, quando instalado a pedido de acionistas na forma da lei, de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. O pedido de instalação será formulado pelos acionistas na Assembleia Geral, que elegerá seus membros, independente de tal matéria figurar na ordem do dia. Os titulares de ações preferenciais terão direito de eleger, em votação em separado, 1 (um) membro e respectivo suplente; igual direito terão os acionistas minoritários, desde que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações com direito a voto. O Conselho Fiscal, uma vez instalado, funcionará até a primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação, sendo de sua competência, durante este período, as atribuições previstas pelo art. 163 da Lei nº 6.404/76. A função de membro do Conselho Fiscal é indelegável.

b. Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Não houve a instalação de Conselho Fiscal para este exercício.

c. Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Na data deste Formulário de Referência, não possuíamos mecanismos de avaliação de órgãos e comitês.

d. Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Compete necessariamente a dois diretores ou a um diretor e um procurador com poderes bastantes a prática de atos que gerem obrigações para Companhia, especialmente:

- a) representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante qualquer pessoa física ou jurídica, entidade, ofício ou repartição;
- b) celebrar contratos ou ajustes;
- c) constituir procuradores “ad judicium” e “ad negotia”, estes últimos sempre por prazo determinado, reputando-se eficazes por 2 (dois) anos os mandatos “ad negotia” cujo prazo não esteja fixado no respectivo instrumento;
- d) sacar, emitir, aceitar ou endossar títulos de créditos e efeitos mercantis;
- e) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias;
- f) admitir e demitir empregados, fixando-lhes as atribuições e os salários.

Em todos os atos de gestão que não impliquem em obrigação para a Companhia, tais como o endosso de cheques para depósito em conta da sociedade e o de título de crédito para cobrança, ela pode ser representada por um único diretor ou por um só procurador.

A Companhia pode ser representada ainda por um só diretor ou um único procurador, desde que formalmente indicados pelo Conselho de Administração, em qualquer ato que a obrigue, inclusive:

- a) nas assembleias gerais das sociedades de que participe;
- b) na celebração de contrato de trabalho ou em sua rescisão;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

c) perante qualquer autoridade, juízo, ofício ou repartição.

As atribuições específicas de cada diretor devem constar do Regimento Interno da Companhia.

e. Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, dos comitês e da diretoria

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria são avaliados por mecanismos de avaliação de desempenho que incluem metas operacionais e financeiras a serem atingidas pela Companhia, assim como metas de desempenho individual.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2- Descrição das regras, políticas e práticas relativas às Assembleias Gerais

a. Prazos de convocação

A Lei das Sociedades por Ações exige que todas as nossas assembleias gerais sejam convocadas mediante três publicações no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e em outro jornal de grande circulação, o qual, no caso da Companhia, é o Jornal Diário Comercial. A primeira convocação deve ser feita, no mínimo 15 dias antes da realização da assembleia geral, e a segunda convocação deve ser feita com oito dias de antecedência. A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito de voto; em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número. A Assembleia será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou por quem o substitua na forma deste Estatuto. À falta destes, caberá aos acionistas presentes eleger o presidente da sessão. Completa a mesa um secretário escolhido pelo seu presidente.

b. Competências

Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei:

- I. deliberar sobre a criação de diferentes classes de ações preferenciais;
- II. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- III. fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- IV. deliberar o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- V. aprovar eventual pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à Assembleia Geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos às Assembleias Gerais da Companhia são disponibilizados na sede da Companhia no endereço Av. Nossa Senhora de Copacabana, 995 – 2º andar (parte) – Copacabana – Rio de Janeiro – RJ – CEP.: 22.060-001.

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não possui uma política formal para identificação de conflitos de interesses. Quando da convocação de assembleias, a Administração da Companhia observará o disposto no art. 8º da Instrução CVM 481/09. Os conflitos de interesses são administrados na forma prescrita pela Lei das Sociedades por Ações e nos regulamentos expedidos pela CVM.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

O acionista pode ser representado na Assembleia Geral, nos termos do § 1º do Artigo 126 da Lei 6.404/76, desde que o instrumento de procuração tenha sido depositado na sede da companhia até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da reunião.

f. Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A Companhia não admite procurações outorgadas por meio eletrônico.

g. Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

h. Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

A Companhia não transmite ao vivo o vídeo e/ou áudio das assembleias.

i. Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Não há.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.3 – Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a. Frequência das reuniões

O Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, sendo as convocações feitas pelo Presidente ou por dois Conselheiros. As reuniões do Conselho de Administração se instalam com a presença da maioria de seus membros. As deliberações são tomadas pelo voto da maioria dos presentes, devendo constar da ata lavrada no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração.

No Exercício de 2018 ocorreram reuniões, conforme abaixo:

1. 02/01/2018 – Extraordinária
2. 29/08/2018 – Extraordinária
3. 21/11/2018 – Extraordinária
4. 23/11/2018 – Extraordinária
5. 05/12/2018 – Extraordinária
6. 08/02/2019 – Extraordinária
7. 26/03/2019 – Extraordinária
8. 29/04/2019 - Ordinária

b. Disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do Conselho de Administração

A Companhia não possui nenhum Acordo de Acionistas em vigor na presente data.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia está proibido de votar em qualquer Assembleia ou Reunião de Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

A Companhia não possui cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
CARLOS EDUARDO RIPPER VIANNA FILHO	23/05/1951	Pertence apenas à Diretoria	29/04/2019	30/04/2021	0
440.414.977-87	Empresário	19 - Outros Diretores Diretor e Diretor de Relações com Investidores	29/04/2019	Não	0.00%
RENATO BEZERRA DE MELLO DE VASCONCELOS	09/12/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2019	30/04/2021	0
330.324.087-68	Arquiteto	20 - Presidente do Conselho de Administração	29/04/2019	Sim	0.00%
Carlos Cesar Parga Cintra	14/12/1966	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2019	30/04/2021	0
000.525.387-02	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2019	Sim	0.00%
ROGERIO LUIZ LIMA FIGUEIRA	24/10/1953	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	29/04/2019	30/04/2021	0
304.312.637-87	Contador	39 - Outros Conselheiros / Diretores	29/04/2019	Sim	0.00%

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

CARLOS EDUARDO RIPPER VIANNA FILHO - 440.414.977-87

Carlos Eduardo Ripper Vianna Filho, ocupa o cargo de Diretor Estatutário e de Diretor de Relações com Investidores de Hotéis Othon S.A. assim como Diretor Presidente na Empresa Othon Empreendimentos Hoteleiros S.A. desde 30.09.2011; ocupa o cargo de Diretor Presidente nas Empresas Companhia Açucareira Usina Cupim, Companhia Açucareira Usina Barcelos e Usina Carapebús S.A. ,desde 26.07.2011; foi Diretor da Hotéis Othon S.A. no período de 1/10/2013 a 07/04/2014; atuou como Diretor Financeiro da Barcas S.A. no período de 04/11/1998 a 09/02/2000; atuou como Diretor Financeiro da Empresa Ciferal no período de 23/07/1987 a 28/01/1994 e Gerente Internacional de Seguros do Banco Real no período de 09/08/1977 a 02/05/1978.

RENATO BEZERRA DE MELLO DE VASCONCELOS - 330.324.087-68

Renato Bezerra de Mello de Vasconcelos é atualmente o Presidente do Conselho de Administração, formado em Arquitetura pela faculdade Bennett, em 1982, sócio fundador da Escola Nova Ltda (Pré-Escolar) e fundador da empresa Arquiteturart S/C Ltda.

Carlos Cesar Parga Cintra - 000.525.387-02

Carlos Cesar Parga Cintra, formado em Administração de Empresas, atualmente é o administrador da empresa HBBH Empresa Brasileira de Novos Hotéis Ltda. Em 20/09/2018 foi nomeado como Diretor de Othon Administração S/A, e em 29/10/2018 foi nomeado diretor de Othon L. Bezerra de Mello Com. e Import. S/A

ROGERIO LUIZ LIMA FIGUEIRA - 304.312.637-87

Rogério Luiz Lima Figueira, formado em Contabilidade, atualmente é atualmente diretor de Hotéis Othon S.A. e membro do Conselho de Administração e desde de novembro de 2008 ocupa o cargo de Diretor das Empresas: Usina Carapebús - Companhia Açucareira Usina Cupim - Companhia Açucareira Usina Barcelos; Sócio Cotista das Empresas Figueira Consultoria e Contabilidade Ltda (Atualmente se encontra Inativa), Membro do Conselho Fiscal da Empresa Pronor S.A.. Atuou no Grupo BBM (1985 a 2007) nos segmentos financeiros, agropecuário, imobiliário, industrial e empresas holding, exercendo as funções de Gerente de Contabilidade, de Auditoria e Diretor de Controladoria; De 1980 a 1985, exerceu a função de Gerente de Contabilidade do Grupo Anglo American Corporation do Brasil.

CARLOS EDUARDO RIPPER VIANNA FILHO - 440.414.977-87

RENATO BEZERRA DE MELLO DE VASCONCELOS - 330.324.087-68

Carlos Cesar Parga Cintra - 000.525.387-02

ROGERIO LUIZ LIMA FIGUEIRA - 304.312.637-87

12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica a Companhia não tem instaurado comitês estatutários, de auditoria , financeiro e de remuneração

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplica. Não existe relação conjugal , união estável ou de parentesco de até segundo grau, relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica. Não há relações de subordinação, prestação de serviços ou controle mantidos nos últimos 3 Exercícios Sociais entre administradores, controladores, controladas e outros do emissor.

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.11. Acordos, inclusive apólice de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia possui seguro de responsabilidade civil de Conselheiro, Diretores e/ou administradores, emitida por Faifax Brasil Seguros Corporativos, com cobertura válida até 19 de setembro de 2019, para os Diretores da Companhia e suas subsidiárias, respeitadas as limitações impostas pela respectiva apólice.

A referida apólice possui limite máximo de cobertura no valor de R\$ 10 milhões e cobre ações judiciais ou processos administrativos propostos contra os administradores da Companhia e suas subsidiárias, decorrentes de, mas não limitados a, responsabilização tributária, trabalhista ou por danos morais causados a terceiros, bem como para gerenciamento de crise, penhora “on-line” e para acordos realizados com consentimento da seguradora, respeitadas os limites e exclusões de cobertura impostos pelos respectivos endossos à mencionada apólice.

Hotéis Othon S.A.
(em recuperação judicial)

C.N.P.J. nº 33.200.049/0001-47

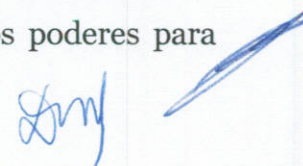
NIRE 333.000.9630-2 - COMPANHIA ABERTA

Ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2019

1. Data e Horário: Aos 29 dias do mês de abril do ano de 2019, às 9:30 horas. **2. Local:** sede social, na Av. Nossa Senhora de Copacabana, nº 995, 2º andar (parte). **3. Convocação:** de acordo com as publicações no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro nas edições dos dias 28/03, 29/03 e 01/04/2019 e no jornal Diário Comercial nas edições dos dias 28/03, 29/03 e 30/03/2019. **4. Proposta da Administração:** A proposta da administração contendo as informações e documentos necessários para o exercício de voto na assembleia geral foi colocada à disposição dos acionistas na sede da Companhia, divulgada na página eletrônica da Companhia (www.ciahoteisothon.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e B3 BM&F BOVESPA e na rede mundial de computadores (internet). **5. Presença:** acionistas representando 65,39% do capital votante, conforme se verifica pelas assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. Também estiveram presentes e à disposição para responder eventuais questionamentos dos senhores acionistas, o Sr. Carlos Eduardo Ripper Viana Filho, Diretor da Companhia e Diretor de Relações com Investidores, portador da carteira de identidade RG nº 02.553.469-4, expedida pelo IFP/RJ. e o Sr. Nelson F. M. Pfaltzgraff, brasileiro, CRC/RJ sob o nº 028.998/O-0, representante da Advance Auditores Independentes S/S, inscrita no CNPJ/RJ sob o nº 26.165.186/0001-22. **6. Mesa:** Presidente: Dr. EDUARDO CASTELO BRANCO; Secretária: Dra. DEIRES MARIA DOS SANTOS. **7. Ordem do Dia: I) AGO: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.18, considerando o Parecer dos Auditores Independentes; (ii) deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31.12.2018; (iii) Eleger/reeleger os membros para o Conselho de Administração; iv) Deliberar sobre a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria. 8. Deliberações Tomadas na AGO:** colocadas em discussão as matérias da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram o que segue: **8.1) Aprovar por unanimidade de votos dos**



presentes a lavratura da ata da Assembleia Geral Ordinária da Companhia na forma sumária dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição apenas das deliberações tomadas conforme dispõe o artigo 130, § 1º da Lei das S.A. e a publicação da ata com a omissão das assinaturas dos acionistas na forma do § 2º do artigo 130, da Lei das S.A.; **8.2)** colocadas em discussão as matérias da ordem do dia, foram aprovadas: **(i)** por deliberação da maioria absoluta dos acionistas presentes, representando 60,18% do capital social votante da Companhia, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras, publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Diário Comercial em 12.04.2019, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2018; **(ii)** conforme consta das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31.12.2018, a Companhia apresentou prejuízo no valor de R\$ 94.476.422,00 (noventa e quatro milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, quatrocentos e vinte e dois reais), o que resultou em uma variação patrimonial negativa no valor de R\$ 94.476.422,00 (noventa e quatro milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, quatrocentos e vinte e dois reais) que, por deliberação da maioria absoluta dos acionistas presentes, representando 60,18% do capital votante da Companhia foi levada à conta de prejuízos acumulados, motivo pelo qual não houve destinação de valores à reserva legal e distribuição de lucros ou dividendos aos acionistas. **(iii)** por deliberação da maioria absoluta dos acionistas presentes, representando 60,18% do capital social votante da Companhia, foram reeleitos para ocupar o cargo de membros do Conselho de Administração os Senhores: **Renato Bezerra de Mello de Vasconcelos**, brasileiro, divorciado, arquiteto, portador da carteira de identidade n.º 02.460.317-7, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 330.324.087-68, com escritório na Rua Dias Ferreira, 90/203, Leblon, Rio de Janeiro/RJ; **Carlos Cesar Parga Cintra**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade n.º 072055742, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 000.525.387-02, com endereço na Rua Marechal Pires Ferreira, 61 apto 702, Cosme Velho, CEP: 22241-080., residente e domiciliado nesta cidade, com endereço à Av. Atlântica, n.º 3264, 5º andar, Copacabana e **Rogério Luiz Lima Figueira**, brasileiro, divorciado, Contador, inscrito no CRC/RJ sob o n.º RJ-025322/O-6 e no CPF/MF sob o n.º 304.312.637-87, residente e domiciliado nesta cidade, com endereço na Rua Visconde de Pirajá, 529, sala 102, Ipanema/RJ. Os membros do Conselho de Administração nomeados neste ato estão investidos dos poderes para



exercer seus cargos pelo período de 02 (dois) anos, mediante a assinatura dos respectivos termos de posse a partir desta data; **(iv)** por deliberação da maioria absoluta dos acionistas presentes, representando 60,18% do capital votante da Companhia, ficou decidido que a remuneração global anual dos administradores da Companhia será no montante de até R\$ R\$234.401,44 (duzentos e trinta e quatro mil, e novecentos e um reais e quarenta e quatro centavos), quantia esta, a ser rateada entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, conforme estabelecido em seu Estatuto Social. **9) Abstencões: As Empresas acionistas Comércio e Participações Omavla Ltda e Amaragi Comercial Ltda. abstiveram-se de votar nas deliberações acima. 10) Encerramento e Aprovação da Ata:** nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada.

Rio Janeiro, 29 de abril de 2019


Eduardo Castelo Branco

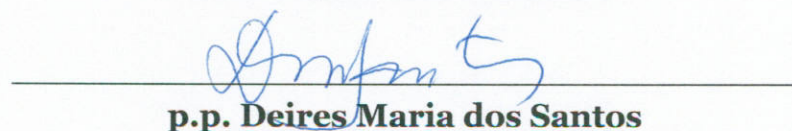
Presidente


Deires Maria dos Santos
Secretária

**Othon Administração S.A.
Othon L. Bezerra de Mello, Comércio, Importação S.A.
Comércio e Participações Omavla Ltda.
Saué Comércio e Administração Ltda.
Espólio de Maria do Carmo Bezerra de Mello**


p.p. Eduardo Castelo Branco

**Aconcágua Comércio e Participações Ltda.
Claudius Participações e Comércio Ltda.
Espólio de Arthur Brito Bezerra de Mello
Espólio de Paulo Brito Bezerra de Mello
Amaragi Comercial Ltda.**


p.p. Deires Maria dos Santos

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

No **Artigo 19** do Estatuto Social da empresa consta o seguinte: – “À Assembleia Geral compete fixar a remuneração global dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração rateá-la entre os Conselheiros e Diretores”.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2019 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,00	2,00		4,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00		4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	103.965,00	24.000,00		127.965,00
Benefícios direto e indireto	1.460,52	355,92		1.816,44
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	105.425,52	24.355,92		129.781,44

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,00	2,00		4,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00		4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	72.164,99	424.000,00		496.164,99
Benefícios direto e indireto	8.431,84	72.238,68		80.670,52
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	80.596,83	496.238,68		576.835,51

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,00	2,00		4,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00		4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	71.164,99	590.000,00		661.164,99
Benefícios direto e indireto	1.283.238.431,84	73.994,33		1.283.312.426,17
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	A Empresa não possui Conselho Fiscal.			
Total da remuneração	80.596,83	663.994,33		733.642,56

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00		5,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00		4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	70.365,00	857.619,04		927.984,04
Benefícios direto e indireto	1.233,64	86.985,24		88.218,88
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	93.336,11		93.336,11
Descrição de outras remunerações variáveis		Gratificação s/ pró-labore		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00

Observação	A Empresa não possui Conselho Fiscal			
Total da remuneração	71.598,64	1.037.940,39		1.109.539,03

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

A empresa não deliberou sobre esse item nas Assembleias realizadas nos 3 últimos exercícios sociais e até a data do arquivamento deste formulário.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações do Conselho de administração e diretoria estatutária.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não concedeu remuneração baseada em ações para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável. A Companhia não deliberou sobre este item nas Assembléias realizadas, a partir do momento que a Empresa não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável. A Companhia não possui plano de remuneração baseado em opções de ações.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não Aplicável. A Companhia não possui plano de remuneração baseado em opções de ações.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

A Companhia não deliberou sobre este item nas Assembléias realizadas.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Empresa não possui planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Nº de membros	2,00	2,00	2,00	2,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
Valor da maior remuneração(Reais)	408.000,00	576.000,00	640.019,04	55.965,00	55.965,00	55.965,00
Valor da menor remuneração(Reais)	4.000,00	14.000,00	16.000,00	8.000,00	12.400,00	14.400,00
Valor médio da remuneração(Reais)	206.000,00	295.000,00	328.009,52	31.982,50	22.788,33	23.455,00

Observação**Diretoria Estatutária****Conselho de Administração**

31/12/2017	A Empresa não possui Conselho Fiscal.
31/12/2016	A Empresa não possui Conselho Fiscal.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A empresa não deliberou sobre esse item nas Assembleias realizadas.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não Aplicável. Nos últimos 3 exercícios sociais não houve qualquer remuneração reconhecida no resultado do emissor referente a membros dos órgãos relacionados que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14 – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não houve remuneração de administradores recebida por qualquer razão que não a função que ocupam.

Nenhum membro do conselho ou diretores estatutários prestam serviços de consultoria ou assessoria à Companhia.

A Companhia não possui Conselho Fiscal.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não houve remuneração de administradores reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedade sob controle comum e de controladas do emissor.

13.16 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido relatadas nos itens anteriores.

14.1 - Descrição dos recursos humanos**a- Número de empregados**

	2018	2017	2016
Por grupos			
Operacional	594	773	843
Administrativo	93	183	209
Total	687	956	1.052

Por localização geográfica	2018	2017	2016
Sudeste	670	783	853
Nordeste	17	195	199
Total	687	978	1.052

b- Número de terceirizados

	2018	2017	2016
Por grupos			
Operacional			
Administrativo			
Total		0	0

Por localização geográfica	2018	2017	2016
Sudeste			
Nordeste			
Total		0	0

c- Índice de rotatividade

	2018	2017	2016
	4,09%	1,89%	2,20%

d. Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

Apesar da Empresa adotar todas as medidas necessárias para cumprimento da legislação pertinente, ela figura como parte em ações de natureza trabalhista.

A Empresa adota sistema de provisionamento dos processos trabalhistas em seus registros contábeis.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

A Empresa não teve alterações relevantes de Recursos Humanos a serem destacadas.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a- Política de salários e remunerações

A remuneração dos empregados da Companhia obedece as condições praticadas pelo mercado hoteleiro. Para os empregados das unidades hoteleiras, exceto em sua unidade de Salvador, a remuneração é composta por salário fixo mais parcela variável apurada a partir da cobrança da taxa de serviço.

Para o nível gerencial, a Companhia pratica plano de metas que se cumpridas podem permitir remuneração adicional.

Para os empregados lotados nas áreas comerciais, a Companhia pratica plano de metas que se cumpridas também permitem remuneração adicional.

b- Política de benefícios

Os empregados e dependentes diretos são beneficiários de planos de assistência médica em grupo, cujos custos são parcialmente assumidos pela Companhia e o restante pelos empregados através de coparticipação.

Os empregados também participam de seguro de vida em grupo, cujos custos são integralmente absorvidos pela Companhia.

A Companhia dispõe de diversos convênios para utilização de seus empregados, à suas expensas, visando permitir redução substancial de custos e outras facilidades com serviços diversos, tais como: instituições de ensino, farmácias, óticas, etc.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A Companhia mantém relações e é afiliada aos principais sindicatos de classe relacionados à suas atividades.

- ✓ Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro – Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador.
- ✓ Sindicato de Garçons, Barmen e Maitres – Rio de Janeiro.

Anualmente, participa ativamente das negociações das Convenções Coletivas de Trabalho onde são definidos os índices de reajustes salariais, pisos da categoria e demais condições.

A Companhia também mantém relações e é afiliada aos sindicatos patronais relacionados à suas atividades, no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador.

14.5 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido relatadas nos itens anteriores.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Othon L Bezerra de Mello Com. e Importação S.A.						
33.200.023/0001-07		Não	Não	30/09/2009		
Não						
	3.874.918	36,981000%	4.356	0,055000%	3.879.274	21,114000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Othon Administração S. A.						
33.200.114/0001-34		Não	Não	25/04/2013		
Não						
	741.007	7,072000%	4.650.473	58,907000%	5.391.480	29,345000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
OUTROS						
	5.861.992	55,946000%	3.239.665	41,037000%	9.101.657	49,539000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL	10.477.917	100,000000%	7.894.494	100,000000%	18.372.411	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Othon Administração S. A.				33.200.114/0001-34		
Guararapes Administração e Comércio S.A.						
33.200.189/0001-15		Não	Não	06/06/1998		
Não						
44.215	5,673000	0	0,000000	44.215	5,673000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
660.000	84,685000	0	0,000000	660.000	84,685000	
TOTAL						
779.352	100,000000	0	0,000000	779.352	100,000000	
Vista Alegre Comércio e Participação Ltda						
33.200.197/0001-61		Não	Não	06/05/1998		
Não						
75.137	9,640000	0	0,000000	75.137	9,640000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Othon L Bezerra de Mello Com. e Importação S.A.				33.200.023/0001-07	
Aconcagua Com. e Participação Ltda					
33.200.148/0001-29		Não	Não	31/12/1996	
Não					
2.807.732	5,258000	0	0,000000	2.807.732	5,258000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Amaragi Comercial Ltda					
10.775.823/0001-42		Não	Não	31/12/1996	
Não					
2.717.895	5,090000	0	0,000000	2.717.895	5,090000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Claudius Participação e Comércio Ltda					
27.526.284/0001-00		Não	Não	31/12/1996	
Não					
2.761.800	5,172000	0	0,000000	2.761.800	5,172000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Othon L Bezerra de Mello Com. e Importação S.A.				33.200.023/0001-07	
Comércio e Participação Omavla Ltda					
33.200.163/0001-77		Não	Não	31/12/1996	
Não					
2.771.046	5,189000	0	0,000000	2.771.046	5,189000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Guararapes Administração e Comércio S.A.					
33.200.189/0001-15		Não	Não	31/12/1996	
Não					
3.237.430	6,063000	0	0,000000	3.237.430	6,063000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Othon Administração S. A.					
33.200.114/0001-34		Não	Não	30/01/2013	
Não					
17.972.113	33,659000	0	0,000000	17.972.113	33,659000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
14.772.974	27,667000	0	0,000000	14.772.974	27,667000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Othon L Bezerra de Mello Com. e Importação S.A.				33.200.023/0001-07	
Saué Comércio e Administração Ltda					
10.775.781/0001-40		Não		Não	
Não				31/12/1996	
2.767.031	5,182000	0	0,000000	2.767.031	5,182000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
53.394.000		100,000000		0	
				0,000000	
				53.394.000	
				100,000000	
Vista Alegre Comércio e Participação Ltda					
33.200.197/0001-61		Não		Não	
Não				31/12/1996	
3.585.979	6,716000	0	0,000000	3.585.979	6,716000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/04/2019
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	776
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	60
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	16

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	193.004	1,842007%
Quantidade preferenciais (Unidades)	2.369.881	30,019416%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	2.562.885	13,949639%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico**15.4 – Organograma dos acionistas e do grupogruppo econômico:**

- 1) Para o organograma dos acionistas vide item 15.1/15.2
- 2) Abaixo descrição do grupo econômico em que se insere o emissor, indicando:
 - a) controladores diretos e indiretos;
 - b) controladas e coligadas;
 - c) Participações do emissor em sociedades do grupo
 - d) Participações de sociedades do grupo no emissor
 - e) Sociedades sob controle comum

a) controladores diretos e indiretos	Percentual
Othon Administração S.A.	29,34%
Othon L Bezerra de Mello Com. e Importação S.A.	21,11%
Holdings	21,16%
Família Bezerra de Mello	14,45%
Terceiros	13,94%
Total	100%
b) controladas e coligadas	
Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A.	20,27%
HBBH Empresa Brasileira de Novos Hotéis Ltda.	99,68%
Othon Empreendimentos Hoteleiros S.A.	77,72%
Plantravel Planejamento Viagens e Turismo Ltda	98,00%
c) participação do emissor em sociedades do grupo	
Companhia Agropastoril Vale do Rio Uma	6,36%
Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A.	20,27%
Othon Empreendimentos Hoteleiros S.A.	77,72%
Othon S.A. Empreendimentos Imobiliários	0,92%
Plantravel Planejamento Viagens e Turismo Ltda	98,00%
HBBH Empresa Brasileira de Novos Hotéis Ltda.	99,67%
Companhia Pernambucana de Terrenos	0,20%
d) participações de sociedade do grupo emissor	
	0,00%

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

A Companhia não possui qualquer acordo de acionista arquivado em sua sede.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não houve alteração relevante nas participações dos membros do Grupo do Controle acionário.

15.7 - Principais operações societárias

No dia 12 de agosto de 2015 ocorreu uma operação societária quando a Companhia realizou um grupamento das ações da totalidade das ações ordinárias e preferenciais, nominativas e sem valor nominal, na proporção de 10 ações para uma.

15.8 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes não abordadas neste item 15.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

As principais transações mantidas entre a Companhia e as empresas ligadas são empréstimos (mútuos) incidindo juros de 2% a.a. (6% a.a. em 2012 e 2% a.a. a partir de 2013) e variação do IPCA, para atualização desses contratos, observadas as condições comutativas de mercado. Os contratos vencem entre janeiro de 2018 a dezembro de 2037. As perdas julgadas prováveis pela Administração da Companhia, referentes aos ativos de difícil realização, foram provisionadas.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Othon Administração S/A (Consolidado ativo)	31/12/2018	2.459.707,00	R\$ 7.596.611,30		20 anos	SIM	2,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não existem garantias						
Rescisão ou extinção	não existem possibilidade rescisão						
Natureza e razão para a operação	O inadimplente está sujeito a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o total da dívida, correção com base no IGPM, além de juros de mora de 12% (doze por cento ao ano, e demais despesas como, por exemplo, honorários advocatícios, custas e demais despesas jurídicas.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Cia Agropastoril Vale do Rio Una (Consolidado ativo)	31/12/2018	49.188.440,04	R\$ 68.273.317,20		20 anos	SIM	2,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não existem garantias						
Rescisão ou extinção	O inadimplente está sujeito a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o total da dívida, correção com base no IGPM, além de juros de mora de 12% (doze por cento ao ano, e demais despesas como, por exemplo, honorários advocatícios, custas e demais despesas jurídicas.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Cia Pernambucana de Terrenos (Consolidado ativo)	31/12/2018	391.341,02	R\$ 714.381,75		20 anos	SIM	2,000000
Relação com o emissor	Empresa ligada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não existem garantias						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção							
O inadimplente está sujeito a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o total da dívida, correção com base no IGPM, além de juros de mora de 12% (doze por cento ao ano, e demais despesas como, por exemplo, honorários advocatícios, custas e demais despesas jurídicas).							
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Credor							
Especificar							
Othon L. Bezerra de Mello Com. E Imp. (consolidado ativo)	31/12/2018	28.959.585,10	R\$ 56.055.254,56		20 anos	SIM	2,000000
Relação com o emissor							
Controlada							
Objeto contrato							
Empréstimos							
Garantia e seguros							
Não existem garantias							
Rescisão ou extinção							
O inadimplente está sujeito a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o total da dívida, correção com base no IGPM, além de juros de mora de 12% (doze por cento ao ano, e demais despesas como, por exemplo, honorários advocatícios, custas e demais despesas jurídicas).							
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Credor							
Especificar							
Cia Açucareira Usina Cupim (consolidado ativo)	31/12/2018	6.016.849,36	R\$ 770.913,61		20 anos	SIM	2,000000
Relação com o emissor							
Empresa ligada							
Objeto contrato							
Empréstimos							
Garantia e seguros							
Não existem garantias							
Rescisão ou extinção							
O inadimplente está sujeito a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o total da dívida, correção com base no IGPM, além de juros de mora de 12% (doze por cento ao ano, e demais despesas como, por exemplo, honorários advocatícios, custas e demais despesas jurídicas).							
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Credor							
Especificar							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Cia Açucareira Usina Carapebus (consolidado ativo)	31/12/2018	17.531.671,14	R\$ 28.458.729,26		20 anos	SIM	2,000000
Relação com o emissor	Empresa ligada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não existem garantias						
Rescisão ou extinção	O inadimplente está sujeito a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o total da dívida, correção com base no IGPM, além de juros de mora de 12% (doze por cento ao ano, e demais despesas como, por exemplo, honorários advocatícios, custas e demais despesas jurídicas.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Cia Central Usina Barcelos (Consolidado ativo)	31/12/2018	10.302.401,52	R\$ 15.233.288,04		20 anos	SIM	2,000000
Relação com o emissor	Empresa ligada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não existem garantias						
Rescisão ou extinção	O inadimplente está sujeito a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o total da dívida, correção com base no IGPM, além de juros de mora de 12% (doze por cento ao ano, e demais despesas como, por exemplo, honorários advocatícios, custas e demais despesas jurídicas.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Cotonifício Othon B. Mello Com. E Imp. (consolidado passivo)	31/12/2018	619.757,34	R\$ 685.435,40		20 anos	SIM	2,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não existem garantias						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	O inadimplente está sujeito a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o total da dívida, correção com base no IGPM, além de juros de mora de 12% (doze por cento ao ano, e demais despesas como, por exemplo, honorários advocatícios, custas e demais despesas jurídicas).						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Othon Administração S/A (Consolidado passivo)	31/12/2018	2.000.360,90	R\$ 2.036.928,89		20 anos	SIM	2,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não existem garantias						
Rescisão ou extinção	O inadimplente está sujeito a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o total da dívida, correção com base no IGPM, além de juros de mora de 12% (doze por cento ao ano, e demais despesas como, por exemplo, honorários advocatícios, custas e demais despesas jurídicas).						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Cia Agropastoril Vale do Rio Una (Consolidado passivo)	31/12/2018	20.198,55	R\$ 41.818,73		20 anos	SIM	2,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não existem garantias						
Rescisão ou extinção	O inadimplente está sujeito a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o total da dívida, correção com base no IGPM, além de juros de mora de 12% (doze por cento ao ano, e demais despesas como, por exemplo, honorários advocatícios, custas e demais despesas jurídicas).						
Natureza e razão para a operação	Não existem outras informações relevantes						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Cia Central Usina Barcelos (Consolidado passivo)	31/12/2018	3.789.572,18	R\$ 13.007.101,07		20 anos	SIM	2,000000
Relação com o emissor	Empresa ligada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não existem garantias						
Rescisão ou extinção	O inadimplente está sujeito a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o total da dívida, correção com base no IGPM, além de juros de mora de 12% (doze por cento ao ano, e demais despesas como, por exemplo, honorários advocatícios, custas e demais despesas jurídicas.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Companhia Açucareira Usina Cupim (Consolidado passivo)	31/12/2018	2.139.848,69	R\$ 3.515.197,68		20 anos	SIM	2,000000
Relação com o emissor	Empresa ligada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não existem garantias						
Rescisão ou extinção	O inadimplente está sujeito a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o total da dívida, correção com base no IGPM, além de juros de mora de 12% (doze por cento ao ano, e demais despesas como, por exemplo, honorários advocatícios, custas e demais despesas jurídicas.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Outros (Consolidado passivo)	31/12/2018	270.921,82	R\$ 222.144,92		20 anos	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Sócios pessoas físicas						
Objeto contrato	Empréstimos conta corrente						
Garantia e seguros	Não existem garantias						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	O inadimplente está sujeito a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o total da dívida, correção com base no IGPM, além de juros de mora de 12% (doze por cento ao ano, e demais despesas como, por exemplo, honorários advocatícios, custas e demais despesas jurídicas).						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Outras partes relacionadas (consolidado ativo)	31/12/2018	25.755,15	R\$ 33.725,83			SIM	0,000000
Relação com o emissor	Empresa ligada						
Objeto contrato	Empréstimos conta corrente						
Garantia e seguros	Não existem						
Rescisão ou extinção	Não existem						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Cotonifício Othon B. Mello Com. E Imp. (consolidado ativo)	31/12/2018	13.148.440,33	R\$ 23.548.987,41		20 anos	SIM	2,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não existem garantias						
Rescisão ou extinção	O inadimplente está sujeito a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o total da dívida, correção com base no IGPM, além de juros de mora de 12% (doze por cento ao ano, e demais despesas como, por exemplo, honorários advocatícios, custas e demais despesas jurídicas).						
Natureza e razão para a operação	não existem outras informações relevantes						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

As divergências entre os acionistas e a Companhia, bem como entre os acionistas controladores e os não controladores, poderão ser solucionadas mediante arbitragem instituídas nos termos da Lei nº 9.307/96. Para tanto, deverão as partes, de comum acordo, firmar um compromisso arbitral, sendo necessário, no caso de divergência entre os acionistas e a Companhia, que o Conselho de Administração se manifeste favoravelmente à instituição da arbitragem.

16.4 - Outras informações relevantes

16.4 Outras Informações Relevantes

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido abordadas nos outros itens deste Capítulo.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
30/04/1996	31.984.164,60		10.477.917	7.894.494	18.372.411
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	7.894.494				

17.2 - Aumentos do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica. A Empresa não efetuou qualquer aumento de capital nos últimos anos.

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
12/08/2015	104.779.173	78.944.947	183.724.120	10.477.917	7.894.494	18.372.411
	Capital social por classe espécie ações			Capital social por classe espécie ações		
	Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)		Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	
	PNA	78.944.947		PNA	7.894.494	

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica pois Hotéis Othon não fez nenhuma operação de redução de capital nos últimos anos.

17.5 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes não abordadas neste item.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	80,000000
Direito a dividendos	Sim
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais possuem prioridade no reembolso de capital em relação as ordinárias.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há.
Outras características relevantes	Não há.
<hr/>	
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Sim. As ações preferenciais concorrem em igualdade de condição com as ações ordinárias, acrescidos de 10% (dez or cento) sobre o valor pago a estas últimas
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais possuem prioridade no reembolso de capital em relação as ordinárias.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há.
Outras características relevantes	Não há.
<hr/>	

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

O emissor deverá descrever as principais condições de regras previstas em Estatuto que representem limitações ao exercício do direito de voto, tais como cláusulas que:

- a) Limitem o número de votos de cada acionista, de modo geral ou com relação a alguma matéria específica prevista no Estatuto; ou
- b) Imponham ônus ao exercício de voto com relação a alguma matéria específica prevista no Estatuto, como por exemplo, as “cláusulas pétreas”.

Artigo 12 - As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam das seguintes vantagens: a) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de dissolução da companhia; e b) participação integral nos resultados da Companhia, concorrendo aos dividendos em igualdade de condição com as ações ordinárias, acrescidos de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a estas últimas.

O parágrafo 3º, do artigo 22, do Estatuto Social assim prevê:

Parágrafo 3º - Terão direito de eleger e destituir um membro e seu suplente do Conselho de Administração, em votação em separado na assembléia geral, excluído o acionista controlador, a maioria dos titulares, respectivamente:

- a) de ações, com direito a voto, que representem, pelo menos, 15% (quinze por cento) do total das ações com direito a voto; e
- b) de ações preferenciais que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O estatuto social da Companhia não estabelece exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou político.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2018**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	890	2,62	2,59	R\$ por Unidade	2,61
30/06/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	829	2,48	2,44	R\$ por Unidade	2,46
30/09/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.635	2,36	2,31	R\$ por Unidade	2,33
31/12/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.674	2,35	2,25	R\$ por Unidade	2,30

Exercício social 31/12/2017

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	454.200	4,57	2,75	R\$ por Unidade	3,00
30/06/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	96.000	3,15	2,62	R\$ por Unidade	2,87
30/09/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	121.000	3,09	2,68	R\$ por Unidade	2,84
31/12/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	94.500	2,98	2,60	R\$ por Unidade	2,74

Exercício social 31/12/2016

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	47.400	3,90	2,85	R\$ por Unidade	3,41
30/06/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	34.300	3,20	2,75	R\$ por Unidade	2,98
30/09/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	122.800	3,97	2,70	R\$ por Unidade	3,13
31/12/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	45.400	3,32	2,70	R\$ por Unidade	3,06

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Empresa só possui ações emitidas e transacionadas no Brasil.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Certificados de Depósito de Valores Mobiliários	755	46	13

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações preferenciais da Companhia são negociadas na BM&F BOVESPA – Bolsa de Valores e Mercadorias e Futuros, sob o código “HOOT4”.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Hotéis Othon só negocia suas ações no mercado brasileiro.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Hotéis Othon não possui qualquer título emitido no exterior.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não aplicável. A Companhia não efetuou ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 anos.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Não se aplica pois não foram realizadas ofertas públicas nos últimos 3 Exercícios sociais.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não realizamos oferta pública de aquisição relativas a ações de terceiros nos últimos 3 (três) últimos exercícios sociais.

18.12 - Outras informações relevantes

A Companhia não possui outras informações relevantes além daquelas abordadas no item 18.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Hotéis Othon S.A. não possui planos de recompra de ações.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Hotéis Othon não possui ações em Tesouraria.

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

A Companhia não possui outras informações relevantes além daquelas abordadas no item 19.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação 31/12/2010
Órgão responsável pela aprovação DIRETORIA DE RI
Cargo e/ou função NAO SE APLICA
Principais características e locais de consulta
NAO SE APLICA
Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização NAO SE APLICA

20.2 - Outras informações relevantes

A Companhia não possui outras informações relevantes além daquelas abordadas no item 20.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.1 Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

As normas, regimentos e procedimentos internos relativos à divulgação de informações ainda serão elaborados.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Esta política encontra-se em desenvolvimento.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

Serão definidos os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações, assim que forem concluídas a fase de descrição das normas (vide item 21.1).

21.4 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes além daquelas já abordadas ao longo do item 21.